

# Diário do Legislativo de 08/07/2009

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

## LIDERANÇAS

### LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Ronaldo Magalhães (PSDB)

### LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

### LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Ruy Muniz

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

### LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Vanderlei Miranda

### LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão

### LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Sebastião Helvécio

### LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

### LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (DEM)

### LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Almir Paraca

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio BPS Presidente  
Malheiros

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente  
Nogueira

Deputado BSD  
Domingos Sávio

Deputado Lafayette BSD  
de Andrada

Deputado Neider BPS  
Moreira

Deputado Padre PT  
João

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Fahim Sawan BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Wander Borges BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Delvito Alves DEM

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PT Presidente  
Ferramenta

Deputado Paulo PT Vice-Presidente  
Guedes

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Wander BPS

Borges

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca PT

Deputada Maria Tereza PT  
Lara

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Doutor Rinaldo BPS

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado Chico BPS Vice-Presidente  
Uejo

Deputado Ronaldo BSD  
Magalhães

Deputado Sebastião BPS  
Costa

Deputado Padre PT  
João

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Delvito DEM  
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Délio Malheiros BPS

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Neider Moreira BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Gustavo DEM  
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BPS Presidente  
Brandão

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente  
Araújo

Deputado Getúlio PMDB  
Neiva

Deputado Paulo PT  
Guedes

Deputado Vanderlei PP  
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS  
Veneroso

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Vanderlei PMDB  
Miranda

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente  
Adalclever Lopes

Deputado Délio BPS Vice-Presidente  
Malheiros

Deputado Walter BSD  
Tosta

Deputado DEM

Deputado Gil PP  
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

Deputado Tiago Ulisses BPS

Deputado Dalmo Ribeiro BSD

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Vanderlei PP  
Jangrossi

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente  
Ângelo

Deputado BSD

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputado Vanderlei PMDB  
Miranda

Deputado Ruy Muniz DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT  
Lara

Deputado Eros Biondini BSD

Deputada Gláucia Brandão BPS

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado DEM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente

Deputado Deiró BSD Vice-Presidente  
Marra

Deputado Dalmo BSD  
Ribeiro

Deputada Gláucia BPS  
Brandão

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela Reis BPS

Deputado Adelmo Carneiro PT  
Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente  
Lessa

Deputado Lafayette BSD  
de Andrada

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado Juarez BPS  
Távora

Deputado Adelmo PT  
Carneiro Leão

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo DEM  
Moreira

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Antônio Carlos BPS  
Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Ivair Nogueira PMDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fábio BPS Presidente  
Avelar

Deputado Sávio PMDB Vice-Presidente  
Souza Cruz

Deputado Irani BSD  
Barbosa

Deputado Almir PT  
Paraca

Deputado Gil PP  
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio Malheiros BPS

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Carlos Gomes PT

Deputado Vanderlei PP  
Jangrossi

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente  
Souza Cruz

Deputado Gustavo DEM Vice-Presidente  
Valadares

Deputado Rêmolo BSD  
Aloise

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado Tiago BPS  
Ulisses

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes PMDB

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Ronaldo BSD  
Magalhães

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Wander Borges BPS

#### COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente  
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado João BSD  
Leite

Deputado DEM

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputado Nascimento Elmiro DEM

Deputado Adalclever Lopes PMDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente  
Jangrossi

Deputado Antônio BPS Vice-Presidente  
Carlos Arantes

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Chico BPS  
Uejo

Deputado Carlos PT  
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio Franco BPS

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio BSD Presidente  
Braz

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente  
Magalhães

Deputada Ana BSD  
Maria Resende



Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Dimas PP  
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD  
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Pinduca Ferreira PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente  
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente  
Pimenta

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Doutor BPS  
Rinaldo

Deputado Ruy DEM  
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Rêmoló Aloise BSD

Deputado Antônio Genaro BPS

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BSD Presidente

Deputada Maria PT Vice-Presidente  
Tereza Lara

Deputado Rômulo BPS  
Veneroso

Deputado Tenente PDT  
Lúcio

Deputado Pinduca PP  
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Sebastião Costa BPS

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente

Deputado Tosta Walter BSD Vice-Presidente

Deputado Nogueira Ivair PMDB

Deputado Nascimento Elmiro DEM

Deputada Ferramenta Cecília PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Magalhães Ronaldo BSD

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado DEM

Deputado André Quintão PT

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Valadares Gustavo DEM Presidente

Deputado Diniz Djalma BPS Vice-Presidente

Deputado Irani BSD  
Barbosa

Deputado Rêmol BSD  
Aloise

Deputado PMDB  
Adalclever Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Juarez Távora BPS

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Juninho Araújo BSD

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente PDT Presidente  
Lúcio

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado Fábio BPS  
Avelar

Deputado Antônio BPS  
Carlos Arantes

Deputado Carlos PT  
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da PDT  
Silveira Jr.

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio Genaro BPS

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente  
Sebastião Costa

Deputado PDT Vice-Presidente  
Sebastião Helvécio

Deputado Luiz BSD  
Humberto Carneiro

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Padre PT  
João

Deputado Gil DEM  
Pereira

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Fahim Sawan BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Dimas Fabiano DEM

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

#### SUMÁRIO

##### 1 - ATAS

##### 1.1 - Reunião de Comissões

##### 2 - ORDENS DO DIA

##### 2.1 - Plenário

##### 2.2 - Comissões

##### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

##### 3.1 - Plenário

##### 3.2 - Comissão

##### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

##### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

##### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

##### 7 - ERRATAS

#### ATAS

Ata da 12ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 23/6/2009

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Gil Pereira, Leonardo Moreira, Walter Tosta e Tiago Ulisses, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Domingos Sávio, Irani Barbosa, Lafayette de Andrada, Padre João e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Walter Tosta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o modelo energético brasileiro e o alto preço da energia elétrica no Estado e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Maria Karla Batista, Superintendente de Relações Institucionais da Aneel, justificando a ausência do Sr. Alex Sandro Feil na reunião, em razão de compromissos

anteriormente assumidos. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Elismar Prado, Deputado Federal; José Antônio Baeta de Melo Cançado, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor, representando o Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Emílio Castelar Pires Pereira, Superintendente de Planejamento Corporativo e Tarifas da Cemig, representando o Sr. Djalma Bastos de Moraes, Diretor-Presidente da Cemig; Gilberto Gomes Lacerda, Superintendente de Relacionamento Institucional e Assuntos Regulatórios da Cemig; Wiliam Vagner Moreira, Coordenador-Geral do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética do Estado de Minas Gerais - Sindieletrô -; Soniamara Maranhão, Coordenadora do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB -; Bruno Abreu Gomes, membro da Assembleia Popular Metropolitana, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Nesse momento, registra-se a presença do Deputado Sebastião Costa. A Presidência prorroga os trabalhos da reunião por até duas horas. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Weliton Prado em que solicita seja enviada cópia das notas taquigráficas da reunião à CPI das Tarifas de Energia Elétrica, da Câmara dos Deputados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados, dos parlamentares e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2009.

Adalclever Lopes, Presidente - Délio Malheiros - Gil Pereira - Leonardo Moreira.

Ata da 7ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 23/6/2009

Às 18h20min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Chico Uejo, Delvito Alves, Ronaldo Magalhães e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Chico Uejo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.367/2009, o relator, Deputado Chico Uejo, informa que retira o parecer lido anteriormente e apresenta outro parecer que conclui pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade com as Emendas nºs 1 a 3. Informa, ainda, que sobre a mesa se encontra proposta de emenda do Deputado Sargento Rodrigues. Encerrada a discussão, o Presidente submete a votação o parecer salvo proposta de emenda, que é aprovado. Após, submete a votação a proposta de emenda, que é rejeitada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Ronaldo Magalhães.

Ata da 12ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 30/6/2009

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Gil Pereira, Carlos Gomes e Délio Malheiros, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gil Pereira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.858/2008 na forma do vencido no 1º turno com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sávio Souza Cruz). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.032/2009. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.256/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2009.

Fábio Avelar, Presidente - Gil Pereira - Irani Barbosa.

Ata da 9ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 10/7/2009

Às 14h21min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Pinduca Ferreira e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tenente Lúcio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Cel. BM Gilvam Almeida Sá, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, convidando para apresentação do Programa Brigada Comunitária que se realizará em 8/6/2009, às 10 horas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos do Deputado Délio Malheiros (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, para debater o aumento da violência contra os taxistas da Grande BH, especialmente nos Bairros Barroca, Calafate, Coração Eucarístico, Grajaú, Gutierrez, Prado e Santo Agostinho. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2009.

Maria Tereza Lara, Presidente - Délio Malheiros - Tenente Lúcio.

## ORDENS DO DIA

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.966/2009, do Governador do Estado, que define nova categoria de manejo para a Área de Proteção Especial da Região da Gruta do Rei do Mato, no Município de Sete Lagoas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.384/2009, do Governador do Estado, que concede isenção tributária vinculada à realização da Copa das Confederações da Fifa de 2013 e da Copa do Mundo de 2014. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.936/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a promover as medidas necessárias à transformação da Codemig em empresa pública e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 496/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Cultura da Bucha Vegetal e dá outras providências. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 896/2007, do Deputado Delvito Alves, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Industrial da Região Noroeste do Estado e dá outras providências. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A Comissão de Meio Ambiente perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.643/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que proíbe as empresas que exploram locação imobiliária de cobrar taxas por informações cadastrais do consumidor. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.858/2008, do Governador do Estado, que autoriza a desafetação de parte da área da Reserva Biológica Serra Azul, criada pelo Decreto nº 39.950, de 10/10/98. A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.985/2009, do Deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.186/2009, do Governador do Estado, que cria a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Estado de Minas Gerais - Aras-MG - e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.248/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lavras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 910/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de São Tiago o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.976/2007, do Deputado Padre João, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Formação de Banco Comunitário de Sementes de Cultivares Locais, Tradicionais ou Crioulas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.396/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Delfim Moreira os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.438/2008, da Deputada Cecília Ferramenta, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coronel Fabriciano o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.549/2008, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre medidas preventivas cautelares contra educadores e alunos da rede de ensino fundamental e médio do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.187/2009, do Governador do Estado, que altera as Leis Delegadas nºs 100, de 29/1/2003, e 175, de 20/1/2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 2, da Comissão de Justiça, e a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 3, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e da Subemenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.269/2009, do Governador do Estado, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades do Rotary International localizadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.284/2009, do Deputado Elmiro Nascimento, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.312/2009, do Deputado Hely Tarquínio, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades do Lions Internacional localizadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 8/7/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.230/2009, do Deputado Adalclever Lopes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.372/2009, do Deputado Padre João.

Requerimentos nºs 4.067/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado; 4.127/2009, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 15ª Reunião Ordinária da Comissão DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 8/7/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 748/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.949/2008 e 3.367/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.844/2008, da Deputada Ana Maria Resende.

Requerimentos nºs 4.115/2009, do Deputado Duarte Bechir, e 4.133/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 8/7/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.277/2009, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.296/2009, do Deputado Padre João; 3.339/2009, do Governador do Estado; 3.375/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.392 e 3.393/2009, do Governador do Estado; 3.406/2009, do Deputado Walter Tosta.

Requerimentos nºs 4.118/2009, do Deputado Jayro Lessa; 4.131/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão DE MINAS E ENERGIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 8/7/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 12ª Reunião Ordinária da Comissão DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 8/7/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 8/7/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 17ª Reunião Ordinária da Comissão DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 8/7/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:



No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.384/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.102/2009, do Deputado Ademir Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 8/7/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.435/2008, do Deputado Zezé Perrella; 3.209/2009, do Deputado Braulio Braz; 3.350/2009, do Deputado Carlin Moura; e 3.396/2009, do Deputado Eros Biondini.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 17ª Reunião Ordinária da Comissão DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 8/7/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.117/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.121 e 4.122/2009, da Deputada Ana Maria Resende; e 4.128/2009, do Deputado Doutor Viana.

Finalidade: realização de audiência pública com a finalidade de debater a instalação de terminais rodoviários metropolitanos em Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ibitiré, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, Sarzedo e Vespasiano.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 8/7/2009, destinadas, a primeira, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 496/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Cultura da Bucha Vegetal e dá outras providências; 896/2007, do Deputado Delvito Alves, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Industrial da Região Noroeste do Estado e dá outras providências; 910/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de São Tiago o imóvel que especifica; 1.643/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que proíbe as empresas que exploram locação imobiliária de cobrar taxas por informações cadastrais do consumidor; 1.976/2007, do Deputado Padre João, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Formação de Banco Comunitário de Sementes de Cultivares Locais, Tradicionais ou Crioulas e dá outras providências; 2.396/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Delfim Moreira os imóveis que especifica; 2.438/2008, da Deputada Cecília Ferramenta, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coronel Fabriciano o imóvel que especifica; 2.549/2008, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre medidas preventivas cautelares contra educadores e alunos da rede de ensino fundamental e médio do Estado; 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado; 2.858/2008, do Governador do Estado, que autoriza a desafetação de parte da área da Reserva Biológica Serra Azul, criada pelo Decreto nº 39.950, de 10/10/98; 2.936/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a promover as medidas necessárias à transformação da Codemig em empresa pública e dá outras providências; 2.985/2009, do Deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé os imóveis que especifica; 3.186/2009, do Governador do Estado, que cria a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Estado de Minas Gerais - Aras-MG - e dá outras providências; 3.187/2009, do Governador do Estado, que altera as Leis Delegadas nºs 100, de 29/1/2003, e 175, de 20/1/2007; 3.248/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lavras o imóvel que especifica; 3.269/2009, do Governador do Estado, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades do Rotary International localizadas no Estado; 3.284/2009, do Deputado Elmiro Nascimento, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica; 3.312/2009, do Deputado Hely Tarquínio, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades do Lions International localizadas no Estado; e 3.384/2009, do Governador do Estado, que concede isenção tributária vinculada à realização da Copa das Confederações da Fifa de 2013 e da Copa do Mundo de 2014; e à discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação da matéria constante da primeira, acrescida do Projeto de Lei nº 2.966/2009, do Governador do Estado, que define nova categoria de manejo para a Área de Proteção Especial da Região da Gruta do Rei do Mato, no Município de Sete Lagoas; e à discussão e votação de

pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 7 de julho de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Chico Uejo, Delvito Alves, Gilberto Abramo, Padre João, Ronaldo Magalhães e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/7/2009, às 18h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.303/2009, do Deputado Délio Malheiros; 3.443/2009, do Governador do Estado; 2.984/2009, do Deputado Braulio Braz; 3.017/2009, do Deputado Arlen Santiago; 3.021/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.163/2009, do Deputado Zé Maia; 3.195/2009, do Deputado Almir Paraca; 3.210 e 3.229/2009, do Deputado Domingos Sávio; 3.249/2009, do Deputado Inácio Franco; 3.252/2009, do Deputado Arlen Santiago; 3.255/2009, do Governador do Estado; 3.305/2009, do Deputado Fábio Avelar; 3.317/2009, do Deputado Arlen Santiago; 3.319/2009, do Deputado Doutor Viana; 3.321/2009, da Deputada Maria Tereza Lara; 3.348/2009, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.404/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.417/2009, do Deputado Sebastião Helvécio; 3.429/2009, do Deputado Zé Maia; 3.430 e 3.436/2009, do Deputado Zezé Perrella; 3.440 e 3.442/2009, do Governador do Estado; de discutir e votar os Pareceres para Turno Único dos Projetos de Lei nºs 3.162/2009, do Deputado Mauri Torres; 3.176/2009, do Deputado Fábio Avelar; 3.308/2009, do Deputado João Leite; 3.346/2009, do Deputado Adalclever Lopes; 3.409/2009, do Deputado Délio Malheiros; 3.410/2009, do Deputado Neider Moreira; 3.413/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.414/2009, do Deputado Gilberto Abramo; 3.415/2009, do Deputado Irani Barbosa; 3.416/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.422/2009, do Deputado Djalma Diniz; 3.423/2009, do Deputado Padre João; 3.425 e 3.426/2009, do Deputado Tenente Lúcio; 3.427/2009, do Deputado Walter Tosta; 3.428/2009, do Deputado Zé Maia; 3.433/2009, do Deputado Tiago Ulisses; 3.434/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr., e 3.435/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.296/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Desportiva Naza Esporte Clube – Adenec –, com sede no Município de Itacarambi.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.296/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Desportiva Naza Esporte Clube, entidade de caráter desportivo, sem fins lucrativos, que tem como objetivo incentivar o esporte amador.

Tem como finalidade principal, portanto, promover atividades esportivas, por meio de treinamento, aulas técnicas e competições locais e regionais, visando à integração social e melhoria da qualidade de vida das crianças, adolescentes e jovens, bem como firmar parcerias com órgãos e entidades congêneres para construção de campos de futebol, quadras poliesportivas, vestiários, alojamentos e outras instalações que propiciem a prática do esporte, do lazer e possibilitem eventos diversos.

Procura também, dentro do processo de cooperação e confraternização, desenvolver ações no campo da assistência social, habitação, saúde, educação, cultura e lazer.

Diante dessas considerações, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Cabe ressaltar, por fim, que com o objetivo de substituir a sigla Adenec por Naza, de acordo com o art. 1º do estatuto da entidade, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.296/2009, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.339/2009

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação à escola estadual de ensino fundamental localizada na Reserva Indígena Maxakali do Pradinho, no Município de Bertópolis.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.339/2009 visa dar a denominação de Escola Estadual Capitãozinho Maxakali à escola estadual de ensino fundamental localizada na Reserva Indígena Maxakali do Pradinho, no Município de Bertópolis.

O projeto encaminhado pelo Governador tem o objetivo de prestar justa homenagem à memória de Capitãozinho Maxakali, natural do Município de Bertópolis. Filho de líderes indígenas da aldeia, desempenhou um papel muito importante nas comunidades indígenas, defendendo seus ideais e interesses, destacando-se entre as demais lideranças.

Em decorrência disso, a comunidade escolar homologou, por unanimidade, a indicação do nome do Capitãozinho Maxakali para denominar a referida unidade de ensino.

Diante dessas considerações, acreditamos ser meritória a pretensão desta proposição, que reconhece o trabalho e o comando responsável do homenageado, motivo pelo qual propõe o seu nome para denominar o educandário de Bertópolis.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.339/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.373/2009

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Conselheiro Lafaiete - Asmarcol -, com sede nesse Município.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.373/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Conselho Lafaiete, que possui como finalidade promover e divulgar o trabalho dos seus associados.

Para atingir suas metas, a entidade implanta a coleta seletiva de materiais recicláveis em parceria com a comunidade local; firma convênios com entidades municipais, estaduais e federais para realização de seus propósitos; promove cursos, seminários e conferências sobre temas correlatos às suas atividades; cria órgãos de informação e divulgação dos trabalhos realizados pela Associação; implementa ações nas áreas da saúde, da educação, da cultura e do lazer; orienta sobre a defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico e geográfico.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.373/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2009.

Gil Pereira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.375/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Esportiva Figueira – AEF –, com sede no Município de Governador Valadares.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.375/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Esportiva Figueira, com sede no Município de Governador Valadares, que tem como finalidade a valorização e o incentivo do esporte valadarense.

Para a consecução de suas metas, promove a formação de equipes em diversas modalidades do esporte especializado, mantém escolinhas para a formação de novos atletas, realiza congressos, cursos, torneios e eventos, divulga a prática esportiva e firma convênios com órgãos públicos e entidades privadas, visando ampliar e subsidiar suas iniciativas.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.375/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2009.

Carlin Moura, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.392/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

#### Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação a escola estadual situada no Município de Pequeri.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.392/2009 visa dar a denominação de Escola Estadual Padre João Batista de Oliveira à escola estadual de ensino médio localizada no Município de Pequeri.

A apresentação do projeto decorre de pedido formulado pelo colegiado da referida escola, que deseja perpetuar a memória do pároco de Pequeri, que lá atuou por longos anos.

Padre João Batista de Oliveira não se limitou às atividades eclesásticas; seu trabalho de assistência social foi de fundamental importância para a comunidade, especialmente para as famílias carentes.

Além disso, contribuiu para a implantação do ensino médio estadual no Município e foi incansável batalhador pela melhoria do ensino local.

Em reconhecimento ao seu trabalho, é justo lhe seja prestada homenagem duradoura com o empréstimo de seu nome para denominar o referido bem público.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.392/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2009.

Carlin Moura, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.393/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

#### Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação a escola estadual de ensino médio situada no Município de Tapira.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.393/2009 visa dar a denominação de Escola Estadual Professora Cecília Maria de Rezende à escola estadual de ensino médio localizada na Rua Francisco Rosa Pires, nº 93, Centro, no Município de Tapira.

A apresentação do projeto decorre de pedido formulado pelo colegiado da referida escola, que deseja perpetuar a memória da Professora Cecília Maria de Rezende.

A homenageada iniciou sua trajetória como educadora aos dezessete anos, e desde então destacou-se pela seriedade e dedicação na administração do ensino, como Diretora da referida escola e à frente da Secretaria Municipal de Educação de Tapira.

Em reconhecimento ao seu trabalho, é justo lhe seja prestada homenagem duradoura com o empréstimo de seu nome para denominar o referido bem público.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, altera a redação do art. 1º com o objetivo de complementar o nome da homenageada e promover a adequação do texto à técnica legislativa.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.393/2009, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2009.

Gláucia Brandão, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.406/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

#### Relatório

De autoria do Deputado Walter Tosta, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Esportiva Real do Jatobá IV, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.406/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Esportiva Real do Jatobá IV, com sede no Município de Belo Horizonte, que possui como finalidade implementar ações nas áreas social e esportiva, no Bairro Jatobá IV e adjacentes.

Dessa maneira, executa planos, programas, projetos de obras e serviços que beneficiem a região; promove e incentiva a prática de esportes; orienta sobre a preservação do meio ambiente; desenvolve e apoia ações de assistência social, prestando serviços diversos à comunidade.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.406/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.953/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.953/2008, de autoria do Deputado Inácio Franco, que declara de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Bom Despacho - Adefis-BD -, com sede no Município de Bom Despacho, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.953/2008

Declara de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Bom Despacho - Adefis-BD -, com sede no Município de Bom Despacho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Bom Despacho - Adefis-BD -, com sede no Município de Bom Despacho.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano, relator - Ademir Lucas.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.044/2009

##### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.044/2009, de autoria do Deputado Lafayette de Andrada, que declara de utilidade pública a Associação dos Movimentos Populares de Córrego Danta - AMPCD -, com sede no Município de Córrego Danta, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.044/2009

Declara de utilidade pública a Associação dos Movimentos Populares de Córrego Danta - AMPCD -, com sede no Município de Córrego Danta.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Movimentos Populares de Córrego Danta - AMPCD -, com sede no Município de Córrego Danta.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ana Maria Resende, relatora - Ronaldo Magalhães.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.240/2009

##### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.240/2009, de autoria do Deputado Fahim Sawan, que declara de utilidade pública o Instituto de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer - Iacel -, com sede no Município de Uberaba, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.240/2009

Declara de utilidade pública o Instituto de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer - Iacel -, com sede no Município de Uberaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer - Iacel -, com sede no Município de Uberaba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ana Maria Resende, relatora - Ronaldo Magalhães.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.262/2009

##### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.262/2009, de autoria do Deputado Ivair Nogueira, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária, Filantrópica, Educativa, Beneficente e Evangélica do Bairro Jardim Teresópolis, com sede no Município de Betim, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º

do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.262/2009

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária, Filantrópica, Educativa, Beneficente e Evangélica do Bairro Jardim Teresópolis, com sede no Município de Betim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária, Filantrópica, Educativa, Beneficente e Evangélica do Bairro Jardim Teresópolis, com sede no Município de Betim.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano, relator - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.268/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.268/2009, de autoria do Deputado Antônio Júlio, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Conceição do Rio Verde – Apae de Conceição do Rio Verde, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.268/2009

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae – de Conceição do Rio Verde, com sede nesse Município.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae – de Conceição do Rio Verde, com sede nesse Município.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano, relator - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.273/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.273/2009, de autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Tubalina – AMBT –, com sede no Município de Uberlândia, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.273/2009

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Tubalina – AMBT –, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Tubalina – AMBT –, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano, relator - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.286/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.286/2009, de autoria do Deputado Tenente Lúcio, que declara de utilidade pública a Associação Grupo Raiz de Jessé, com sede no Município de Uberlândia, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.286/2009

Declara de utilidade pública a Associação Grupo Raiz de Jessé, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Grupo Raiz de Jessé, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano, relator - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.293/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.293/2009, de autoria do Deputado Inácio Franco, que declara de utilidade pública a Associação da Feira Livre Luiza Soares – ASFLLS –, com sede no Município de Brasilândia de Minas, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.293/2009

Declara de utilidade pública a Associação da Feira Livre Luiza Soares – ASFLLS –, com sede no Município de Brasilândia de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação da Feira Livre Luiza Soares – ASFLLS –, com sede no Município de Brasilândia de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Dimas Fabiano.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.294/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.294/2009, de autoria do Deputado Wander Borges, que declara de utilidade pública o Saci Clube de Serviço – Saci –, com sede no Município de Sabará, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.294/2009

Declara de utilidade pública a entidade Saci Clube de Serviço, com sede no Município de Sabará.



A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Saci Clube de Serviço, com sede no Município de Sabará.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Dimas Fabiano.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.298/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.298/2009, de autoria do Deputado Padre João, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Capela Nova e Região – ACMCNR –, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.298/2009

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Capela Nova e Região – ACMCNR –, com sede no Município de Capela Nova.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Capela Nova e Região – ACMCNR –, com sede no Município de Capela Nova.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Dimas Fabiano.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.299/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.299/2009, de autoria da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que declara de utilidade pública a Associação Projeto Vida Nova de Abaeté – APVNA –, com sede no Município de Abaeté, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.299/2009

Declara de utilidade pública a Associação Projeto Vida Nova de Abaeté – APVNA –, com sede no Município de Abaeté.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Projeto Vida Nova de Abaeté – APVNA –, com sede no Município de Abaeté.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Dimas Fabiano.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.301/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.301/2009, de autoria do Deputado Alberto Pinto Coelho, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Barro Branco e Morada do Sol, com sede no Município de Santa Rita de Jacutinga, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.301/2009

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Moradores dos Bairros Barro Branco e Morada do Sol, com sede no Município de Santa Rita de Jacutinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Moradores dos Bairros Barro Branco e Morada do Sol, com sede no Município de Santa Rita de Jacutinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Dimas Fabiano.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.309/2009

##### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.309/2009, de autoria do Deputado José Henrique, que declara de utilidade pública a Associação Rumo ao Futuro, com sede no Município de Ipanema, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.309/2009

Declara de utilidade pública a Associação Rumo ao Futuro, com sede no Município de Ipanema.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Rumo ao Futuro, com sede no Município de Ipanema.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Dimas Fabiano.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.314/2009

##### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.314/2009, de autoria do Deputado Wander Borges, que declara de utilidade pública o Instituto Presbiteriano Êxodo – IPÊ –, com sede no Município de Timóteo, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.314/2009

Declara de utilidade pública o Instituto Presbiteriano Êxodo – IPÊ –, com sede no Município de Timóteo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Presbiteriano Êxodo – IPÊ –, com sede no Município de Timóteo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Dimas Fabiano.

## Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.324/2009

### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.324/2009, de autoria do Deputado Jayro Lessa, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Dom Helder Câmara do Distrito de São José do Acácio, com sede no Município de Engenheiro Caldas, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

### PROJETO DE LEI Nº 3.324/2009

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Dom Helder Câmara do Distrito de São José do Acácio, com sede no Município de Engenheiro Caldas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Dom Helder Câmara do Distrito de São José do Acácio, com sede no Município de Engenheiro Caldas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Dimas Fabiano.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

55ª reunião ordinária da 3ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 1º/7/2009

O Deputado Neider Moreira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia, venho a esta tribuna movido pelo sentimento que nós, do Partido Popular Socialista - PPS -, estaremos vivendo no próximo dia 6. Será um momento extremamente significativo não só para o nosso partido, mas seguramente para todo o Estado de Minas Gerais, talvez por se tratar do ato político mais importante dos últimos anos. Nesta data, às 15 horas, no Salão Nobre da Assembleia, o PPS receberá a filiação do Sr. Itamar Franco, ex-Prefeito, ex-Senador, ex-Governador e ex-Presidente da República. Por que digo isso? Itamar Franco, ao longo da sua trajetória política, iniciada nos idos de 1966 - são, portanto, 43 anos de vida pública intensa -, tornou-se uma pessoa extremamente respeitada no meio público. Teve a oportunidade de viver momentos históricos, como, por exemplo, a primeira eleição para o Senado Federal, quando venceu uma disputa épica com o então candidato José Augusto. Foi a primeira eleição de um Senador pelo então MDB para o Senado Federal. Teve a oportunidade, no governo militar, de presidir uma CPI, o que hoje, no ambiente democrático, o governo federal se recusa a permitir, o governo se recusa a aceitar que a Oposição presida uma CPI da nossa companhia petrolífera, a Petrobras, que hoje sofre acusações sérias, importantes. E ainda assim, no ambiente militar, no governo Geisel, Itamar Franco teve seu nome referendado para ser o Presidente da CPI naquele momento. Depois, teve uma oportunidade ímpar de nos delegar talvez o que há de mais importante hoje no ambiente macroeconômico: a estabilidade monetária, legado do seu governo por meio do Plano Real, quando tinha como Ministro da Fazenda o Sr. Fernando Henrique Cardoso, ex-Presidente da República. O Plano Real foi fundamental para que o País, ao longo desta última década, vivesse essa situação de equilíbrio financeiro e econômico, de desenvolvimento social. Sem a estabilidade monetária colocada em prática no dia 1º/7/1994, seguramente não existiria hoje o ambiente macroeconômico para que reformas socioeconômicas fossem feitas, como vem acontecendo ao longo destes últimos anos. É importante lembrar também que, quando da sua passagem pelo governo de Minas Gerais, fez valer na Justiça a recuperação da Cemig, a nossa companhia de energia elétrica, a nossa concessionária, para que ela voltasse a ser, de fato, dos mineiros e do governo do Estado, porque havia naquele momento uma cláusula segundo a qual um acionista minoritário teria poder de veto na direção da empresa. Todos nos lembramos disso. Sabemos perfeitamente que é importante a atitude política da separação, no Estado de Minas Gerais, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar. Todos sabemos o que isso possibilitou para as duas corporações: a Polícia Militar sem o peso do Corpo de Bombeiros, que, por sua vez, passou a ter um desenvolvimento muito mais rápido e dinâmico, conseguindo ir a mais cidades-polo importantes, para dar a cobertura necessária em resgate, em casos de incêndio e na prevenção das questões inerentes a seu trabalho.

É sabido que Itamar Franco tem seus desafetos e que é contestado em algumas ações, mas ao longo de seus 43 anos de vida pública jamais foi contestada sua integridade, probidade ou honestidade à frente da coisa pública. Além disso, muitas vezes ele foi contestado exatamente por falar determinadas coisas que muitos de nós deixamos de dizer ocasionalmente, em momentos importantes. Sempre teve a grandeza de espírito ou o espírito de grandeza de trazer para o debate político determinadas posições e atitudes polêmicas. Nas reuniões que fizemos ao longo dos últimos meses, formalizando o convite para a sua entrada e de seu grupo no PPS, percebemos que ele continua com absoluta consciência e noção exata de como deve ser feito o debate político. Portanto ele entra no partido neste momento não para ser candidato, mas para participar do debate político. Mas podendo, sim, ser candidato. Por que não? Temos pesquisas que nos mostram que ele é um forte candidato: hoje já aparece empatado em primeiro lugar para a disputa ao Senado, e estou certo de que daria uma grande contribuição, com sua sabedoria, experiência e sensatez, ao Senado Federal, neste momento de crise em que vive essa Casa e de incompreensão do fato de que devemos representar os cidadãos, de que devemos agir com honradez à frente da coisa pública. Então, digo: seja bem-vindo, Presidente Itamar, Governador Itamar, Senador Itamar, Prefeito Itamar, ao PPS, que o acolhe de braços abertos para que possa participar conosco desse debate político, mostrando alternativas ao quadro político-eleitoral do País e, mais que tudo, trazendo sua sapiência, experiência e sabedoria à frente da coisa pública.

A Deputada Gláucia Brandão (em aparte)\* - Caro colega Neider Moreira, queria parabenizá-lo por seu pronunciamento. Como parlamentar do PPS, ratifico suas palavras, dizendo da alegria em receber no PPS o ex-Presidente, ex-Governador, ex-Senador e ex-Prefeito Itamar Franco, por seu potencial de político íntegro, comprometido com as causas de Minas. É com muita alegria que o recebemos, na certeza de que o PPS será fortalecido com a vinda de Itamar e de seu grupo, sabendo que ele muito contribuirá para traçar novas metas para a política de Minas Gerais. Parabenizo V. Exa., mais uma vez, por seu pronunciamento, ressaltando que nós, membros e políticos parlamentares do PPS, estamos felizes e dando realmente as boas-vindas a Itamar Franco.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Também queria compartilhar de seu pronunciamento, embora não pertençamos aos quadros do PPS, por entender que qualquer partido que esteja atuando no País hoje teria o máximo orgulho em receber o ex-Presidente e ex-Governador Itamar Franco. Quando ele era Governador, eu era o Líder da Minoria na Casa, Líder da Oposição, e não o tínhamos apoiado. Na época, apoiamos o ex-Governador Eduardo Azeredo, mas o tratamento que tivemos de Itamar Franco foi o mais respeitoso possível. Ele deixou uma marca muito forte, além da honorabilidade e moral; é um político que não pode afastar-se das hostes públicas de Minas Gerais e do País. Mesmo não pertencendo ao partido de V. Exa., congratulo-me com o PPS, pois essa é uma aquisição de peso, que trará credibilidade à política brasileira, principalmente neste momento de total descrédito e achincalhamento do Congresso Nacional, principalmente do Senado. Itamar volta às atividades políticas, e espero que alce outros voos, porque representará muito bem nosso Estado. Parabéns. Tenho certeza de que será recebido de braços abertos. Espero que volte às atividades políticas em Minas Gerais, porque Minas Gerais de Tancredo e Aécio Neves, de tantos políticos honrados, sente-se mais envaidecida e alegre com a vinda de Itamar Franco para o "front" político através do PPS. Parabéns.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)\* - Desejo sublinhar, de maneira marcante, que o ex-Presidente Itamar Franco é um patrimônio da vida política nacional. Ele é uma referência de lisura, caráter e probidade, um espelho em que nos devemos mirar para seguir sua honradez. Mesmo não sendo do partido de V. Exa., quero regozijar-me com a filiação do ex-Presidente Itamar às fileiras do PPS, que marcha junto com o governo Aécio Neves, por termos a compreensão de que a sua presença na vida política brasileira será sempre um referencial para todos nós, jovens políticos. Parabéns.

O Deputado Neider Moreira - Aproveito para convidar a todos os parlamentares e colegas da Casa para a cerimônia do ato de filiação do ex-Presidente Itamar, no dia 6 de julho, às 15 horas, no Salão Nobre da Assembleia Legislativa. No tempo que me resta, farei um relato breve. Ontem, depois de uma longa trajetória, felizmente conseguimos resolver uma questão inerente a minha cidade natal, Itaúna: as ligações de energia elétrica nas avenidas sanitárias do Município. Em função de resoluções do Conama, estávamos tendo problemas, pois o IEF não dava o laudo autorizativo à Cemig para ligação da energia elétrica na casa de consumidores, empreendedores e comerciantes. Isso causava um grande transtorno a todo Município, em áreas sabidamente consolidadas do ponto de vista urbano. A situação era tal que um cidadão tinha ligação de energia elétrica, mas seu vizinho não.

Ontem, na reunião da Comissão de Meio Ambiente, provocada por meu requerimento, estivemos com o Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do Ministério Público, Dr. Luciano Badini. Houve, naquele momento, a perfeita compreensão das partes envolvidas. Até mesmo em função do vídeo que apresentamos à Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa. Saímos de lá com a convicção de que o laudo autorizativo será fornecido pela Subsecretaria de Gestão Ambiental do governo do Estado, e teremos, em definitivo, solucionado mais um grave problema que vínhamos vivendo nos últimos meses na cidade de Itaúna. Gostaria de agradecer à Comissão de Meio Ambiente, na pessoa do Deputado Fábio Avelar, que foi extremamente sensível às colocações que fizemos nas audiências públicas, e a gentileza do Dr. Luciano Badini, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Lafayette de Andrada\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezados telespectadores da TV Assembleia em toda Minas Gerais, serei breve, mas não poderia deixar de ocupar esta tribuna nesta tarde para fazer alguns comentários relativos à reunião extraordinária de ontem à noite, quando a Assembleia votou e aprovou, em 1º turno, a criação da agência reguladora de águas. Ouvimos aqui, e não interrompemos, as palavras demagógicas de Deputados que tentavam distorcer, confundir e iludir a opinião pública, o povo mineiro, referentemente ao que discutimos ontem à noite. Aprovamos o projeto de lei que cria a Agência Reguladora de Águas e Saneamento, e parecia que estávamos votando aumento de tarifa.

Votamos a favor da criação de uma agência que tem por objetivo justamente defender o cidadão. É uma agência reguladora e fiscalizadora, com o objetivo principal de atender aos apelos do cidadão quando os serviços de água ou de esgoto não acontecerem a contento. Hoje, qualquer cidadão que estiver insatisfeito com o atendimento do serviço de energia elétrica e de luz reclama na Anel e, se não estiver satisfeito com o serviço de telefonia, reclama na Anatel, que são agências reguladoras. Não existe uma agência reguladora para distribuição de água e esgoto, e Minas Gerais está criando a sua agência - mais uma vez na vanguarda - para regular os serviços, fiscalizar a prestação de serviços e atender a população, porque não é possível que o cidadão que se vê prejudicado reclame com a própria empresa. É óbvio que a empresa não atenderá, ou atenderá se quiser, mas o cidadão está desguarnecido, e a agência reguladora é justamente o órgão que fiscalizará e exigirá da empresa o cumprimento das normas. Foi isso que votamos aqui.

Mas vimos aqui Deputados falando, de maneira demagógica, que a Assembleia Legislativa ontem seria a responsável pelo aumento da tarifa de água em Minas Gerais. Ora, outra atividade da agência reguladora é justamente regular os aumentos de tarifas para que eles não aconteçam ao sabor e ao bel-prazer das empresas. A partir da criação da agência reguladora, quando a empresa quiser aumentar a tarifa de água, terá de dizer qual é o aumento, quanto e por quê. Não mais aumentará a seu gosto ou bel-prazer. Tem de mostrar a planilha, que será apreciada, julgada e aprovada ou não. Ou seja, acabamos de criar uma instituição que tem o objetivo de defender o cidadão. Mas ontem vimos aqui uma demagogia sem fim de Deputados querendo iludir a população. Mais que isso, agredindo seus próprios companheiros. Isso não podemos admitir.

Antes de conceder aparte ao Deputado Wander Borges, peço que avisem ao Deputado Weliton Prado que estou na tribuna falando dele porque, sem nenhuma legitimidade, ele pôs em xeque a Copasa. Essa empresa de envergadura nacional, que presta relevantes serviços a Minas Gerais, foi aqui achincalhada pelo Deputado Weliton Prado. Até parece que ele se esqueceu que foi o PT, seu partido, quando administrava a Capital, que vendeu as ações da Copasa. Isso ele não falou aqui.

A grande verdade é que ele não tem legitimidade para falar da Copasa. Aliás, quando ocupar esta tribuna, terá de explicar ao povo mineiro, sobretudo ao povo do Triângulo, por que o seu irmão Elismar Prado, em Brasília, no Congresso Nacional, votou contra o aumento do repasse de recursos para a merenda escolar das escolas públicas. O governo federal repassa R\$0,22 para cada aluno, para cada criança pobre que estuda nas escolas públicas receber um prato de comida. Há alguns meses, quando foi votado em Brasília o aumento do repasse para R\$0,60 por aluno, o Deputado Elismar Prado, do PT, irmão do Deputado Weliton Prado, de Uberlândia, votou contra. Para não dizer que estou inventando, trouxe as notas taquigráficas da Câmara dos Deputados: "Votação do projeto que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola. Emenda - aumentando de R\$0,22 para R\$0,60. Voto contra: Deputado Elismar Prado, PT". Ele votou contra.

Portanto o Deputado Weliton Prado tem de explicar essa posição antes de vir aqui criticar seus colegas e pares. Sabemos muito bem o que ele quer, ou seja, a política do quanto pior melhor. Ele não quer melhorar nada; está aqui a prova. Na hora de aumentar o repasse de recursos para a merenda escolar, votou contra. Por que agiu assim? Porque quanto pior melhor; é a política atrasada da terra arrasada. Não quer que nada melhore para continuar xingando. É essa a atividade do Deputado Weliton Prado nesta Casa e é esse o desserviço que tem prestado ao Estado de Minas Gerais. É preciso que se ponham os pingos nos "is", é necessário mostrar quem é quem e a hora de quem faz o que. Na verdade, ele só trouxe demagogia, mentira e conversa fiada.

O Deputado Wander Borges (em aparte) - Deputado Lafayette de Andrada, quero apenas fazer uma reflexão, tendo em vista que irei para a reunião da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. A agência reguladora está para a Copasa assim como a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT - está para o Ministério dos Transportes. Diga-se de passagem: DNIT.

Só para V. Exa. desenvolver o assunto, a ANNT quer antecipar o pagamento do pedágio na BR-381. De outro lado, defendemos junto ao Ministério dos Transportes, ao Ministro Alfredo Nascimento, que o DNIT realize a obra e cobre o pedágio depois. Assim podemos avaliar o que é uma entidade - no caso a nossa Copasa - e, na outra ponta, o que é uma agência reguladora. Portanto há realmente alguns aspectos diferentes que podem trazer grande avanço para todos nós nessa discussão. Muito obrigado, Deputado Lafayette de Andrada. Parabéns!

O Deputado Neider Moreira (em aparte) - Deputado Lafayette de Andrada, muito obrigado. É importante, neste pronunciamento, lembrar a todos que o que discutíamos e votávamos na noite de ontem era a criação da agência reguladora. Não estávamos discutindo nem votando aumento de tarifa. A agência reguladora é uma exigência de uma legislação federal - aliás, já foi votada, nos mesmos termos, pelo Governador Jaques Wagner, do PT, na Bahia. Em momento algum, discutimos tarifas no Plenário desta Casa.

Muito tristes, gostaríamos de relembrar e relatar a atitude do Deputado Weliton Prado e a forma como se dirigiu a seus pares. Se não atinge a pessoa do Deputado ou o conjunto de parlamentares desta Casa, acaba atingindo a instituição. Isso é muito grave. De maneira muito firme, temos de nos ater a atitudes dessa natureza. Como representantes do povo mineiro, temos de resguardar, a todo momento, a instituição, ou seja, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que é uma Casa muito respeitada em todo o País.

Faço coro com V. Exa., nobre Deputado, por entender que o que assistimos aqui ontem realmente foi um episódio lamentável de demagogia.

O Deputado Lafayette de Andrada\* - Agradeço ao Deputado Neider Moreira seu aparte. Tratarei ainda de mais dois pontos. Na sua ânsia de demagogia, de querer iludir e ludibriar a população, tentando denegrir a imagem da Copasa, o Deputado Weliton Prado criou até um exemplo didático, mais uma vez mentiroso, como é de seu costume. Ele dizia que a Copasa de Sete Lagoas, por exemplo, recolhe o esgoto - que nem recicla nem trata - que é lançado no rio. No entanto, essa empresa cobra por esse esgoto. Deputado Weliton Prado, a cidade de Sete Lagoas não tem Copasa, mas sim, uma agência municipal.

Vejam o tamanho do engodo, da mentira que ele tenta contar. Com essas palavras, ele queria iludir a população dizendo que a Copasa não faz os serviços pelos quais ela cobra, além de dar exemplos absurdos como esse. A título de comparação, é importante que se diga, na cidade em que atuo, Barbacena, na Zona da Mata, existe um sistema híbrido em que há uma agência municipal que cuida da água e do esgoto em uma parte da cidade; na outra, atua a Copasa. As tarifas praticadas pela Copasa na cidade são infinitamente inferiores às da companhia municipal. Porém, o Deputado Weliton Prado, munido de uma bola de cristal, fala que a Copasa aumentará em 9% suas tarifas. Que sejam 9%. Tomara que seja porque a companhia municipal de Barbacena aumentou 17,8% a tarifa da água. É possível fazer com esse local a comparação, já que uma está face a face com a outra, prestando o mesmo serviço, com a mesma qualidade e com os mesmos investimentos. Se acontecer o previsto pela bola de cristal do Deputado Weliton Prado e ocorrer o aumento de 9%, não há problema, uma vez que a outra companhia, a municipal, já aumentou 17,8%.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Deputado Lafayette de Andrada, faço coro com V. Exa. A partir de agora, temos de fazer repercutir esse assunto para que o nosso telespectador, as pessoas que nos veem pela TV Assembleia, tenham condições de entender claramente o que está se passando nesta Casa e, evidentemente, aprofundarmos o debate. Na realidade, o que vem sendo demonstrado por alguns Deputados aqui é que essa agência está sendo criada para autorizar o aumento tarifário da Copasa. É uma infantilidade muito grande achar que nosso telespectador acreditará numa bobagem dessa.

Hoje ocorre que a legislação federal exigiu, por meio da Lei nº 11.445, que todo Estado criasse uma agência de regulação do setor no Estado. Importante salientar que neste momento temos, em vários Estados, a agência já criada ou em processo de criação por intermédio das Assembleias Legislativas, por ser essa uma exigência legal. Se não tivermos uma agência no âmbito estadual, regional ou até mesmo municipal, ninguém poderá ter o seu aumento tarifário. Não somente a Copasa, mas também as Prefeituras operam sistemas, assim como as autarquias municipais e a iniciativa privada, que atua no setor. Então, ele está falando uma mentira.

Na realidade, o que fazemos aqui é cumprir a legislação federal. Agradeço ao Deputado Lafayette de Andrada, a quem quero dizer que faremos repercutir ainda mais esse assunto porque temos de esclarecer à população o que realmente está se passando nesta Casa, com a criação da agência.

O Deputado Lafayette de Andrada\* - Agradeço ao Deputado Fábio Avelar seu aparte. Meu tempo está se esgotando, no entanto há um último ponto que queria trazer-lhes justamente sobre o tema abordado pelo Deputado Fábio Avelar.

Na verdade, a criação da agência reguladora está acontecendo em função de exigência de lei federal, do governo Lula, que foi aprovada no final de 2007, que exige que todos os Estados criem suas agências reguladoras de água e esgoto. Importante frisar, como bem disse o Deputado Neider Moreira, que na Bahia, governada pelo Jaques Wagner, do PT, foi criada uma agência idêntica a essa do governo de Minas Gerais. A diferença é que a de lá, por ser do PT, é boa; a daqui, do PSDB, é ruim, mesmo sendo a mesma agência.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço-lhes por terem me escutado pacientemente, mas era importante desmascarar aqui as mentiras, a demagogia e as ilusões criadas pelo ilusionista Weliton Prado. Quero dizer a ele que, da próxima vez que ocupar esta tribuna, que venha para explicar por que seu irmão Elismar Prado, em Brasília, votou contra o aumento do repasse de recursos para merenda escolar nas escolas públicas. É isso que ele tem de explicar ao povo mineiro. Mostrar realmente o que seu irmão está fazendo no Congresso Nacional e ele aqui em Belo Horizonte, além de demagogia, mentira e desrespeito a seus companheiros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos acompanha nas galerias, companheiros de Minas Gerais que nos acompanham pela TV Assembleia em várias cidades. Retorno a esta tribuna para, mais uma vez, fazer um apelo às autoridades do Estado e ao Governador Aécio Neves para que intervenham nos fatos que vêm ocorrendo nos últimos anos no Norte de Minas e que vêm se agravando a cada dia. Trata-se do excesso de fiscalização de alguns órgãos estaduais. Citamos a atuação do DER, do IEF, do Igam, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Parece que o Norte de Minas virou um laboratório experimental de aplicação de medidas ruins e impopulares. Esse é o sentimento de toda a classe política da nossa região e das pessoas que trabalham, produzem, geram emprego e renda lá.

Esse aparato fiscalizador tem, de certa forma, feito com que nossa região não se desenvolva. Isso tem atrapalhado o desenvolvimento da região que mais contribuiu para o engrandecimento do Estado. Estamos falando dos Gerais, dos Vales do São Francisco e Jequitinhonha, de uma região que contribuiu com o seu suor e com a sua força para construir Minas, para sustentar as minas de ouro; o povo catrumano do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha, que suou para a implantação deste Estado. Esse reconhecimento nunca foi feito por nenhuma das autoridades mineiras dos últimos anos. Pelo contrário, o desenvolvimento chegou a outras regiões, como o Triângulo Mineiro, o Sul de Minas, o Vale do Aço, a região Central e Região Metropolitana de Belo Horizonte, mas as pessoas que espoliaram o Norte de Minas para morar, para fazer o seu investimento, não têm o apoio das instituições deste Estado.

Os produtores rurais da nossa região não podem mais plantar nada, não podem abrir uma nova frente de trabalho, não podem produzir, não podem expandir os seus negócios, não podem aumentar o seu rebanho, não podem aumentar a lavoura de arroz, feijão, banana e café porque

os órgãos fiscalizadores do Estado, que deixaram que o Triângulo Mineiro e o Sul de Minas desmatassem tudo, impõem agora a legislação aos produtores da nossa região. O Estado deveria, então, arranjar uma medida compensatória. A nossa região não suporta, ela exporta mão de obra barata, as pessoas saem do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha para cortar cana no Triângulo Mineiro ou colher café no Sul de Minas e no interior de São Paulo.

As pessoas de bem que têm condições de gerar emprego e renda não conseguem expandir sua produção porque os órgãos ambientais não deixam. É multa em cima de multa, é uma fiscalização nunca vista na história deste Estado. E não apenas os órgãos ambientais, e não só quanto à produção. A metralhadora giratória de arrecadação do Estado persegue a todos na região, a começar pelos taxistas, a começar pelo direito de ir e vir. As pessoas não podem mais alugar um táxi para sair de Janaúba a fim de fazer um tratamento em Montes Claros, porque o DER está parando e multando duas, três, quatro vezes por dia, se necessário. Nunca foi vista perseguição como essa. O mesmo está acontecendo com os empresários. Semana passada conversei com o Wilson, da Auto Socorro Líder, de Montes Claros, que me entregou um pacote de multas. Somente nos últimos três meses a sua empresa foi multada mais de 40 vezes pela Polícia Rodoviária de Mirabela. Se acontecer um acidente depois de Mirabela, nenhuma empresa de socorro de Montes Claros fará o atendimento, porque precisará passar pela balança. E se houver um excedente de 1kg ou 100g, não adianta chorar, haverá multa.

Ontem o Deputado Antônio Júlio disse que as nossas cidades do Jequitinhonha e do Norte de Minas, que já são pobres, não podem mais fazer uma festa. Quem promover qualquer festinha de bairro paga R\$3.000,00, R\$4.000,00, R\$5.000,00, R\$6.000,00 de taxa para o Corpo de Bombeiros. E sequer Corpo de Bombeiros existe ali, e sim em Pirapora, Janaúba e Montes Claros. Se você realizar um evento em Chapada Gaúcha, mesmo sem a presença do Corpo de Bombeiros, tem de pagar a taxa. Há alguma coisa errada. Isso não pode continuar acontecendo. Esta Casa tem de tomar uma providência, e o governo precisa saber disso.

Venho aqui com a missão não de fazer apenas um desabafo, mas para fazer com que isso chegue aos ouvidos do Governador, que talvez não esteja sabendo o que está acontecendo na base. Como a base aliada não pode manifestar-se, cabe a nós fazê-lo. Estamos mandando um recado para que o Governador verifique os procedimentos adotados pela Polícia Militar no que se refere à perseguição aos taxistas.

Verifique, também, os procedimentos dos funcionários do DER-MG, que poderiam, por exemplo, estar cumprindo suas funções de tapar os buracos das rodovias, de recuperar as estradas da nossa região e de tirar os animais que estão na pista causando acidentes quase todos os dias. Mas não: o DER-MG serve apenas para ficar de plantão nas rodovias, para multar taxistas, para impedir o exercício de direito que as pessoas têm de ir e vir, para favorecer duas ou três empresas de ônibus instaladas no Norte de Minas e no Estado de Minas Gerais como um todo. É contra esse monopólio que estamos falando aqui.

Portanto, quero dizer a V. Exas. que as reclamações vêm de todos os segmentos. Não se atinge só o agronegócio, os grandes produtores rurais. O aparato chegou agora também aos assentamentos. As famílias que foram assentadas no Norte de Minas não podem nem construir suas casas no assentamento, não podem plantar um hectare de milho ou de mamona porque não conseguem a licença do IEF. Está aí o Deputado Ruy Muniz, que é testemunha dessa dificuldade. Tivemos uma reunião na semana passada, com o Secretário do Meio Ambiente e a sociedade rural. Na oportunidade, Ruy, eu disse que não era somente a sociedade rural, mas também os sem-terras, os assentados. Esse aparato está paralisando a nossa região.

O Deputado Ruy Muniz (em aparte) - Muito obrigado, nobre colega Deputado Paulo Guedes. Foi muito boa aquela reunião com o nosso Secretário do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho. Ele explicou exatamente o problema em relação ao meio ambiente em Minas, principalmente no que diz respeito à mata seca, à mata atlântica. A reserva legal seria de 20% para essas áreas, mas subiu para 80%, pois o governo federal estabeleceu essa porcentagem. O IBGE fez um mapa do bioma da mata atlântica, colocando a mata seca como parte dele. É preciso que nós, Deputados Estaduais, empenhem-nos junto aos nossos colegas Deputados Federais, a fim de que pressionem o IBGE a modificar esse mapa da mata atlântica brasileira. A partir dessa modificação, o IEF vai cumprir a legislação e, não se tratando de mata atlântica, liberará licenças conforme o acordo que fizemos aqui no ano passado e aprovamos, ou seja, onde for mata seca a reserva será de 30%. Dessa forma, viabilizaremos o Projeto Jaíba, os assentamentos, enfim, o agronegócio na nossa região.

Falando em agronegócio, Deputado Paulo Guedes, aproveito para divulgar para todo o Estado de Minas Gerais, por meio da Assembleia Legislativa, que amanhã haverá a abertura da maior festa agropecuária do Norte de Minas: a XXXV Exposição Agropecuária de Montes Claros. É uma grande festa popular, de negócios, em que o homem do campo mostra o que produz. Convido todos a irem ao Norte de Minas nos visitar nesses dez dias de exposição.

Concordo com V. Exa., pois precisamos ter essa gestão no meio ambiente para facilitar o desenvolvimento do agronegócio e da agricultura familiar em nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado Jayro Lessa (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Paulo Guedes.

Ouvi o meu amigo, Deputado Ruy Muniz, falar que a Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais está usando o decreto do governo federal como obstáculo às licenças. Todos temos conhecimento de que esse foi um decreto feito em Brasília há algum tempo. Ele é tão grotesco, tão contraproducente, tão contrário ao produtor rural e ao meio produtivo, que está suspenso. Então, a alegação de que a Secretaria do Meio Ambiente está usando o decreto federal não constitui uma verdade, porque esse decreto está suspenso, e isso é do conhecimento de todos, inclusive e principalmente do Secretário José Carlos, que é um grande Secretário e que já foi Ministro. Penso que há algo errado. O que acontece em Minas Gerais, infelizmente, é que as coisas estão ficando cada vez mais difíceis. É muito complicado conseguir qualquer autorização para fazer um curral numa fazenda. Hoje ninguém consegue legalizar um curral simples para tirar leite. Imaginem, então, a dificuldade que se tem no caso de grandes empreendimentos, grandes áreas que precisam ser desmatadas, constituídas principalmente de matas nativas, para se tornarem produtivas, com geração de emprego, que é o que buscamos em Minas Gerais, notadamente para o Norte de Minas, que é uma região muito sofrida. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes - Muito obrigado, Deputado Jayro Lessa. Essa informação que o senhor me trouxe é muito importante, e com ela cai por terra o argumento defendido pela Secretaria de Meio Ambiente e também, como disse o Deputado Ruy Muniz, a desculpa esfarrapada que ela usa para continuar a arrecadar sem parar em cima, principalmente, da região mais pobre do Estado. Isso não entra em minha cabeça. Nunca vi a Secretaria de Meio Ambiente multar a Cemig pelos danos que provoca ao Rio São Francisco; nem a Votorantim, que descarrega todos seus dejetos nesse rio, causando a mortandade dos surubins e outros peixes; nem a Copasa, que despeja o esgoto de toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte no Rio das Velhas, esgoto esse que cai depois no Rio São Francisco, matando nossos peixes e, consequentemente, deixando em dificuldades milhares de pescadores das colônias do rio. A Secretaria, entretanto, não tem nenhum problema para multar o pobre, o coitado. Assim agiu o pessoal do Igam, que foi a São João das Missões multar agricultor familiar em R\$20.000,00 ou R\$30.000,00. Se eles venderem suas propriedades, não pagarão a multa. Multaram poços artesanais em R\$1.500,00 por dia - e esses poços já existem há mais de 30 anos. Está faltando bom senso. Sabemos que existem leis, mas elas têm que ser interpretadas com bom senso. Em Minas Gerais, são estabelecidas metas de arrecadação por dia para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros - e sabemos que essas regras são impostas pelo Comando aos policiais. Não estamos aqui falando mal dos policiais, que estão cumprindo ordens dos Coronéis e Comandantes, que, por sua vez, recebem ordens do governo, dos Secretários. Essa é a verdade, e ela precisa ser esclarecida.

O Deputado Délio Malheiros (em aparte) - Deputado Paulo Guedes, V. Exa. é do Norte de Minas, região sofrida, onde a falta de água causa uma grande angústia aos moradores, e está narrando episódios que ocorrem em todos os cantos do Estado. Na minha querida Itamarandiba, isso

vem ocorrendo também, o que fez com que este Deputado se dirigisse ao IEF para conversar com o Dr. Humberto Candeias em razão do absurdo decorrente dessas multas descabidas, desproporcionais, ilegais que estavam sendo aplicadas, levando pequenos agricultores a responder a processos criminais sem saber absolutamente de nada. Às vezes, a pessoa batia um quintal para plantar mandioca, em um lugar onde sempre plantou, ou seja, em uma área consolidada de pequena agricultura, e o fiscal do IEF, junto com a polícia despreparada, chegava, não lhe permitia roçar aquela pequena manga e o encaminhava para a delegacia. Então, queria compartilhar com V. Exa. esse pensamento, pois esses absurdos não podem mais acontecer. O bom senso deve prevalecer.

O Deputado Paulo Guedes - Muito obrigado, Deputado Délio Malheiros. Fico feliz em saber que outros Deputados, como V. Exa. e o Deputado Jayro Lessa, que acabou de fazer um aparte, têm o mesmo pensamento. Precisamos fazer com que essa nossa vontade seja reforçada nesta Casa, a fim de sensibilizarmos o governo, o Secretário de Meio Ambiente e os Presidentes de órgãos ambientais de Minas Gerais. Sabemos que o setor do meio ambiente pode fazer muito. Temos R\$250.000.000,00 mofando no Fhdro. Esse dinheiro poderia ser aplicado nas barraginhas, na recuperação das nascentes, em uma série de projetos, mas ele não sai. Existe burocracia apenas para arrecadar, mas essa arrecadação não tem retorno para o produtor. Há um projeto meu tramitando na Casa que resolve o problema: o projeto do Ecocrédito. Se o governo quer preservar, isso é ótimo. Basta ir ao Norte de Minas, chamar os produtores e proprietários de terra e pagar por mês às pessoas que compraram as propriedades para que mantenham a mata nativa. A região tem que ser recompensada de algum modo.

Já que não pode desmatar, o governo tem de pagar aos produtores da nossa região para que mantenham as reservas. O que não pode é o Norte de Minas pagar o pato. O Triângulo desmatou tudo, está lá produzindo, com o povo rico; no Sul de Minas, o povo está empregado, e o povo rico; Belo Horizonte está com o povo rico; e nós tendo de sair, em cima de pau de arara, para cortar cana no Sul de Minas, para colher café, para trabalhar de peão em São Paulo. E trata-se de uma região que tem potencial, tem terra, tem água e tem gente que quer trabalhar. É isto que queremos: que o governo repense as suas atitudes em relação ao Norte de Minas e ao Vale do Jequitinhonha. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Jayro Lessa - Telespectadores, pessoas presentes nas galerias, Deputados, componentes da Mesa, povo de Minas Gerais, a cada dia fico mais estarecido pela forma como tem agido a Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais.

Chegou ao meu conhecimento nesta manhã, por intermédio do Sr. Bernardo de Vasconcellos, que me encaminhou um "e-mail" enviado pelo Sr. José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente, ao Sr. Shelley de Souza Carneiro, da Diretoria-Geral, com cópia para Eduardo Martins, Vdgief; Luiz Carlos Cardoso Vale; Paulo Teodoro de Carvalho; a Nádia Aparecida Silva Araújo; Ilmar Bastos Santos, da Diretoria-Geral; Célio Murilo de Carvalho Valle; José Cláudio Junqueira Ribeiro; e Thiago Alexander Costa Greco. O assunto do "e-mail" é redução de desmatamento. O "e-mail" diz o seguinte: "Shelley e Humberto, empreendimentos que não sejam de interesse social e utilidade pública em áreas com cobertura vegetal nativa devem ser indeferidos já na fase de LP". Ou seja, se se trata de um empreendedor, que entra com o seu projeto no IEF, na Secretaria de Meio Ambiente, existe um "e-mail" que está dando determinação a todos os subordinados para que seja indeferido o licenciamento já quando estiver na fase de LP. E continua: "...ou terem suas reservas legais ampliadas, de acordo com a capacidade de suporte de solo, potencial de erodibilidade, ocorrência de espécies raras ou ameaçadas, extrema importância para a proteção da biodiversidade, conservação de nascentes e outros atributos a serem definidos pelos técnicos". Isso quer dizer que o dono do empreendimento entra com o pedido de desmatamento, tem a reserva legal de 20%, e o IEF, em vez de dar a ordem para a realização do desmatamento, dá uma ordem inversa, com o objetivo de aumentar a reserva legal para mais de 20%. É o que diz o "e-mail".

E o "e-mail" continua: "Vamos aplicar uma redução de 40% nas novas autorizações de supressão de vegetação nativa em relação à área autorizada no ano anterior". Ou seja, o Secretário está determinado que o IEF irá, por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente, reduzir em 40% o desmatamento que autorizou no ano passado, em cumprimento à lei. E diz mais: "...aplicar o Decreto Federal que regulamenta o Código Florestal, que exige dos grandes proprietários que os mesmos providenciem às suas expensas o georreferenciamento da propriedade, da reserva legal e da área de preservação permanente. Exigir igualmente, como está expresso no decreto, que o proprietário pague a reposição florestal ou providencie um consumidor que cumpra o compromisso em seu nome".

Isso quer dizer, meus amigos, que é um decreto federal que, há dois ou três meses, o Presidente Lula assinou a pedido do Ministro Carlos Minc. De tão absurdo que era esse decreto, ele foi suspenso pelo Presidente Lula. E hoje, mesmo em se tratando de um decreto presidencial que está suspenso, existe uma determinação feita por via de "e-mail" em que estão pedindo, aqui em Minas Gerais, para se aplicar o decreto. Não se trata de um ato de resolução, mas simplesmente de um comunicado feito por "e-mail". Trata-se de um ato secreto da Secretaria de Meio Ambiente; é o que eu vejo, infelizmente, apesar de todo o carinho que tenho pelo Secretário José Carlos, um homem que realmente entende da área.

E o "e-mail" continua: "Todos os dispositivos legais que restringem o desmatamento devem ser exigidos com todo o rigor". Com tudo que for possível para que não ocorra o desmatamento, mesmo estando acima da lei.

Observem o que diz o "e-mail": "Acabou o direito líquido erroneamente praticado até agora de autorizar desmatamentos sem restrições acima do limite mínimo de reserva legal estabelecido, que acabou virando o limite máximo". Ou seja, a Secretaria de Meio Ambiente está entendendo que não existe limite máximo para reserva legal. Então, ela pode abranger 100% da propriedade, e entendemos ser de apenas 20%. Gostaria que meus companheiros, os outros Deputados aqui da Assembleia, acompanhassem essa questão com atenção. Por isso, enviei esse "e-mail" a cada um de vocês, para que vejam a que absurdo estamos chegando. Em vez de a reserva legal ser de 20%, passa a ser de 100%, se assim o técnico do IEF quiser.

Diz ainda, o "e-mail": "Com relação às áreas incluídas no polígono da mata atlântica estabelecido no decreto presidencial" - é o decreto que está suspenso pelo Presidente - "e nos enclaves previstos nas notas técnicas localizados fora do Polígono, seguir rigorosamente os ditames da lei" - a lei relativa ao decreto federal que existe para ser seguido. E continua:

"Cabe ao CGFAI mapear as áreas críticas e fechar o cerco nos Municípios com maiores índices de desmatamento". Eu concordo que devam fechar as áreas de desmatamento ilegal. Devem fechá-las; devem proibi-las; devem prender os responsáveis; devem processá-los. Entendo que deva ser assim, pois precisamos proteger o meio ambiente, mas dentro da legalidade, e não simplesmente por um "e-mail" enviado internamente apenas.

"É nessas áreas que precisamos concentrar o trabalho da Polícia Militar Ambiental. É hora de agir sem vacilação. Qualquer hesitação agora será fatal no ano que vem. É a nossa reputação e o prestígio de nossas instituições que estão em jogo. Vamos ganhar. Abraços, José Carlos". Isso é um absurdo, meus amigos. Volto a falar. Gosto demais do Secretário, assim como dos demais Secretários do Governador Aécio. Penso que são campeões, pois têm feito um ótimo trabalho para Minas, mas não entendo como pode ser determinada por um "e-mail" a aplicação de um decreto federal que está ilegal, que teve sua aplicação suspensa pelo Presidente da República. Entendo, além disso, que estão usurpando o direito desta Casa, do Poder Legislativo. Regras mais restritivas e não previstas em lei são postas em prática, ou seja, votamos algo aqui na Assembleia, a Secretaria de Meio Ambiente entende que não deve seguir, desmerecendo, assim, o respeito desta Casa. Infelizmente, é o meu sentimento e, acredito, da maioria dos Deputados que trabalham nesta Casa porque aqui se trabalha muito e tenho certeza que cada um de nós tem a responsabilidade e a consciência de que devemos defender o povo, o trabalho e a produção de Minas Gerais e, principalmente, a receita do pequeno produtor rural. Devemos gerar receita em Minas Gerais, pois somente assim teremos condições de dar suporte e continuação ao bem-estar de todas as famílias. Digo a vocês que isso é o fogo amigo que mina o próprio governo, que vai acabar por sacrificar o homem do campo, o agronegócio e a economia mineira. Por mais que pareça estranho, alguns Deputados podem entender que esse decreto defende o Governador Aécio Neves. Entendo justamente o contrário. Entendo que o Governador Aécio tem recebido o fogo amigo. Em qualquer

área produtiva de Minas Gerais a que ele for, verá que os produtores estão contra ele, em função das providências tomadas pelos órgãos de Minas, seja qualquer Secretaria, principalmente a Secretaria do Meio Ambiente, seja o IEF, a Polícia Militar algumas vezes, como o Deputado Paulo Guedes aqui falou.

Outra coisa que não entendo é: se vai dar bomba - falando em português claro -, por que não dizer que agora não será liberado desmatamento algum em Minas Gerais? Mas não, o agricultor gasta dinheiro, fica esperando, cria expectativas, cria ambiente propício ao trabalho e, no entanto, já existe uma determinação do governo, por meio do Secretário José Carlos, dizendo que será proibido realizar qualquer desmatamento em Minas Gerais. E os funcionários públicos trabalharão na análise desse processo. Estão fazendo procedimentos, chegando a conclusões, e, no entanto, já está definido que o desmatamento não será permitido. E todo esse trabalho é custeado com o dinheiro do povo, que paga para que esses funcionários trabalhem na Secretaria. Minas Gerais nunca aceitou e nunca aceitará a prevalência do abuso de poder. Nunca aceitou, e não aceitaremos agora. Vemos que a tão falada disposição para o diálogo - os Secretários Gilman e José Carlos têm falado em soluções técnicas que permitam a real aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável - não se confirma. Esses, infelizmente, a meu ver, não gostariam nunca de ter tomado conhecimento de um "e-mail" deste, mas entendo que, quando no final de um "e-mail" de um Secretário para o seu subordinado, diz-se: "É a nossa reputação e o prestígio das nossas instituições que estão em jogo", é disso que se trata e nada mais, porque a sustentabilidade não é foco de ação e a legalidade é afrontada pela ação. Os Deputados desta Casa têm de pedir ao Deputado Fábio Avelar e ao PT que se juntem a nós. Vamos trabalhar e fazer algo que seja bom para o produtor rural, para o meio ambiente, para todos nós. Este governo passará, virão outro e outros, e Minas Gerais continuará. Peço a ajuda de todos que possam nos ajudar, para que possamos realmente fazer um projeto de reforma florestal em Minas Gerais, nesta oportunidade que estamos tendo. O Governador Aécio Neves enviou este projeto, por meio do qual acredito que faremos com que Minas Gerais seja realmente um lugar cada vez melhor para se viver. Muito obrigado a todos.

O Deputado Durval Ângelo\* - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, servidores desta Casa, imprensa presente, telespectadores da TV Assembleia. É uma alegria contar com a presença, neste momento em que fazemos nosso pronunciamento, do Sr. José Geraldo, nosso Secretário-Geral. Ontem a Comissão de Direitos Humanos viveu um dia histórico, talvez também um dia de vergonha para a imprensa mineira. Foi lançado, ontem, o livro do jornalista José Cleves "A Justiça dos Lobos - Porque a imprensa tomou meu lugar no banco dos réus". Na oportunidade, a Comissão recebeu várias personalidades importantes, e entre elas destaco o grande jornalista Dídimo Paiva, um ícone do jornalismo de Minas Gerais. Esse dia que considerei histórico foi também um dia de luto para a imprensa mineira, porque, se a justiça é dos lobos, por muitos órgãos da imprensa o José Cleves foi entregue aos lobos. Por onde ele andava, era identificado como o assassino de sua esposa Fátima. Dois dias depois do assassinato, o Delegado deu a sentença: ele era o criminoso, e assim foi tratado. O noticiário de um grande jornal, num programa da maior rede nacional de TV, expôs esse cidadão durante 10 minutos para mostrar que ele era o assassino. A justiça dos lobos! José Cleves sempre se posicionou na apuração policial - não citarei aqui -, em reportagens históricas como o livro "Distrito Zero". E ele foi vítima dessa polícia. A imprensa acreditou no algoz, no carrasco, não naquele que estava sendo cremado no forno de Auschwitz. Evidentemente o sindicato e alguns amigos jornalistas continuaram acreditando na sua versão. O órgão em que ele trabalhava se negou a pagar um advogado, mas o Dr. Marcelo Leonardo, Procurador desta Casa e grande advogado, atendeu-o gratuitamente.

Esse livro talvez não seja encontrado em livrarias, mas tenho a alegria de dizer que, como a Comissão de Direitos Humanos desta Casa - eu, o Deputado João Leite e demais membros - desde o início acreditamos na versão do José Cleves, e ele, reconhecendo nossa posição, convidou-nos para fazer o prefácio. Penso que esse livro deveria servir de exemplo do que se faz para atacar a honra de alguém, de como não se deve fazer uma investigação policial e de como o Ministério Público e um Juiz Sumariante não devem atuar. Depois disso, ele foi absolvido, mostrando os erros de todos esses que citei, por sete a zero no júri, e por unanimidade no Tribunal de Justiça, no STJ e no STF. Mas viveu oito anos de dor, de lágrimas.

O grande incentivador do livro, que fez sua apresentação, foi Dídimo de Paiva, que, nesse dia histórico, encaminhou-nos um manifesto, entregue oficialmente à Comissão de Direitos Humanos, solicitando que fizéssemos sua leitura. Concordo em 99,9% com o que Dídimo escreve nesse manifesto; talvez a discordância seja um detalhe mínimo. Mas Dídimo Paiva, esse homem que é uma legenda para o jornalismo no Brasil, expressou-se como se segue. A primeira citação que faz no documento "Por uma nova lei de imprensa" é do Pe. João Batista Libânio, teólogo jesuíta: "O principal princípio da ética é a defesa da vida humana. Como dizia Pascal, estão em busca da felicidade até os suicidas". Cita também Luiz Inácio Lula da Silva: "Tenho azia quando leio jornais". E cita ainda um aforismo suíço: "As palavras são como abelhas, que têm mel e ferrão". E, por uma nova lei de imprensa, Dídimo Paiva se expressa assim:

"Sofremos durante 40 anos com a pior lei de imprensa do mundo. Mas pior mesmo é não ter lei nenhuma. Não sei se os senhores sabem, mas o Brasil é um dos únicos países dos 191 afiliados à Organização das Nações Unidas - ONU - que agora não tem lei de imprensa. Sofremos muito por causa da Lei nº 5.250/67, que entrou em vigor em 13/1/67, quando assumiu o poder o Mar. Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) ocupando a vaga do Presidente legal, João Goulart, Jango, derrubado pelo golpe militar de 1º/4/64.

Vale salientar que todas as entidades de classes, religiosas ou corporativas - CNBB, Confederação Nacional da Indústria - CNI -, Federação das Indústrias de São Paulo - Fiesp -, Associação Brasileira de Imprensa - ABI -, todos os jornais do Brasil, em especial "O Globo", "O Estado de São Paulo", "Folha de S.Paulo", "Correio da Manhã", "Diário Carioca", "Estado de Minas", as entidades da Pastoral Católica, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, chefiada por D. Lalá Fernandes e a Sra. Maria Bolívar Moreira, esposa do Tabeião Bolívar Moreira, então retratista do governo de Minas, quando era Presidente Olegário Maciel (1930-1933), a Faemg, chefiada pelo marianense Josafá Moreira, e demais corporações econômicas apoiaram abertamente o golpe militar. O "Correio da Manhã" publicou três editoriais violentos contra Vargas, um deles com o título "Basta!".

Muito já se escreveu sobre o golpe.

Coube a nós, do Sindicato dos Jornalistas, iniciar o movimento contra a ditadura de 1964. Nesse tempo, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva nem sindicalista era, embora seu irmão, o Frei Chico, comunista sincero, reagisse como podia.

Coube-me, por sugestão do jornalista e escritor Roberto Drummond, escrever o primeiro manifesto denunciando o terror cultural, quando da prisão de companheiros nossos, como o pintor Vicente de Abreu - o primeiro crítico da obra arquitetônica de Oscar Niemeyer, publicado por mim no 'Última Hora', de Samuel Wainer -, contando-se mais os jornalistas Guy de Almeida, então assessor da campanha eleitoral de Tancredo Neves, em 1960, que perdeu para o Governador Magalhães Pinto, Celius Aulicus Gomes Jardim, o pintor Vicente de Abreu, o jornalista Aureclides Ponce de Leon, dentre outros. O documento só foi publicado na íntegra pelo jornal 'Última Hora', então sob a direção do empresário Hermógenes Ladeira. O exemplar de 8/5/64 não foi encontrado no Arquivo Público Mineiro.

Conta José Paulo Cavalcanti Filho que a Inglaterra e os Estados Unidos detêm um código de ética jornalística, desde 1938. A 'House of Commons', equivalente à Câmara dos Deputados, adotou uma espécie de regulamentação para a Comissão de Queixas da Imprensa - 'Press Complaints Commission' -, para apurar e punir os casos graves de acusação sem provas, calúnia, difamação e injúria.

No caso dos Estados Unidos, paralelamente ao 'Libel Law', o equivalente ao capítulo dos crimes contra a honra do Código Penal norte-americano, existe grandioso sistema de regras dispostas em centenas de normativas. O explorador da Bolsa australiana, Rupert Murdoch, quando decidiu explorar o mercado da mídia, foi obrigado a naturalizar-se norte-americano, cumprindo uma exigência da Comissão Federal de Comunicação - FCC. Recordo-me de que, há alguns anos, quando ainda exercia a função de editor de primeira página, nacional e internacional (2), do 'Estado de Minas', o Congresso dos Estados Unidos discutiu a aprovação de uma, ou coisa que o pareça, lei de imprensa, um 'Libel



Reform Act' elaborado pelo Instituto Annenber.

Seja como for, a Lei de Imprensa nº 5.250, de 1967, era péssima, tanto que, em meu parecer de novembro de 1966, votei todos os seus artigos, como relator de uma comissão de 21 membros, nomeada pelo então Presidente da Casa do Jornalista de Minas e do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa e do então Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas e demais sindicatos da categoria do País. Pergunta-se: quem ganha com essa sentença do Supremo Tribunal Federal? Os donos dos jornais, está claro.

Pouco depois de se aprovar a Lei nº 5.250, de 1967, concedi uma entrevista à estudante de jornalismo Marlene Alves da Silva e às suas colegas da Faculdade de Jornalismo da Universidade Federal de Minas Gerais, e lá está para quem não sabe: 'Voltaire foi jornalista. E disse que andou mentindo a dois escudos por mês'. Mais ainda, A. Foiullé escreveu em 1897: 'A liberdade de imprensa devia ser garantida não só em relação aos governos, como também em relação aos capitalistas e financistas'.

Lê-se hoje nos jornais - 29/6/2009 - a notícia do falecimento do Prof. Gofredo da Silva Telles Junior, jurista, 94 anos. Destaca o necrológio que ele foi autor da Carta aos Brasileiros - 1977 -, ação que o jornal 'O Estado de S.Paulo' chama de 'mais famosa durante a ditadura militar'. Também acho. Mas, por um dever de honra e lealdade com os Diretores do SJPMG e outros sindicatos, devo dizer que, bem antes dele - maio de 1964 e outubro de 1974, principalmente na minha gestão no SJPMG, 1975 a 1978 -, jamais deixamos de protestar contra a ditadura militar. Os historiadores e ensaístas de esquerda e direita nunca citam o nosso movimento. Até o parecer que assinei em novembro de 1966, contra a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa e a Constituição de 1967, outorgada pelo Congresso Nacional, sufocado pelo Ato Institucional nº 1, e o Código de Ética do Jornalista nunca foram citados.

Reivindico a precedência, não por mim, mas em nome de tantos jornalistas e demais dirigentes sindicais mineiros que puseram a cabeça a prêmio em defesa da democracia.

Do jeito que a coisa ficou, depois da malsinada sentença do STF, os ricos e poderosos podem nadar de braçada. Até a cláusula de consciência, que já vigora no Código de Ética, que tive a honra de preparar, na Conferência Nacional dos Jornalistas, realizada em setembro de 1985, na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, hoje BNDES -, por ação do sindicato, sob a gestão do jornalista Manoel Marques Guimarães, da Fenaj, não tem validade. Vejam as redações de hoje. São silenciosas. Todos temem perder o emprego. Simples, não? O ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, que aqui veio 'aprender' o novo sindicalismo, que começou com a minha candidatura, lançada pelo pranteado jornalista Délio Rocha em 1974, mudou de posição. Passou a borracha no manifesto 'A Ruptura Necessária' e assinou a 'Carta ao Povo Brasileiro', em junho de 2002, quando foi ao Palácio do Planalto conversar com seu companheiro da Terceira Via Social Democrata Européia, Fernando Henrique Cardoso. Hoje, o Presidente Lula adota o sindicato único, o imposto sindical, a demissão imotivada e uma política que só interessa aos capitalistas. Está muito longe da pregação de progresso da política interna de Celso Furtado. Como se lê no documento de João Monlevade - 1980 -, que redigi juntamente com os sindicalistas João Paulo Pires de Vasconcelos e Arlindo José Ramos, bancário, sob a competente revisão do Prof. Samih Sirihal.

A sentença do STF, que está muito longe daquele STF que reagiu à ditadura, quando era Presidente Ribeiro da Costa, está politizada. Seu Presidente, Gilmar Mendes, cria de Fernando Collor de Mello, hoje amigo de Lula e de FHC, é o mesmo que já votou duas vezes a favor do especulador Daniel Dantas.

Mesmo assim, como diz José Paulo Cavalcanti, a sentença abre dois caminhos. O primeiro está no voto do Ministro Ricardo Lewandowski, que sugere ao Congresso Nacional que se aprove uma nova legislação para substituir a que foi revogada. O segundo caminho, que se lê em discursos aloucados, segundo os quais a decisão 'aprimora a democracia nacional', é uma promessa catastrófica, que deixa o poder em poucas mãos e condena o povo à eterna manipulação da mídia.

O Brasil, muito mais agora, precisa do máximo de liberdade de imprensa, sagrado direito de todos e de cada um. O jornalismo que sempre sonhamos é aquele que garanta a cada um, rico, pobre, sem distinção de raça, cor, religião, credo, sexo. Será que Ministros como Celso Mello e os demais colegas do STF conhecem a manipulação, João Carlos, que se pratica à revelia do repórter ou do redator? Como podem Celso Mello e outros Ministros dos tribunais superiores aceitar que só réu PPP - pobre, preto e prostituta - possam ir para a cadeia?

Em agosto de 1988, em San José, Costa Rica, juristas interamericanos, jornalistas, donos de jornais e executivos da mídia se reuniram para reafirmar o espírito da Declaração de Chapultepec. Sem liberdade de expressão de todos os seres humanos, sem exceção, não haverá liberdade. A própria Ata de Chapultepec reconhece que a existência irrestrita da liberdade de imprensa, hoje mídia, não garante automaticamente a prática irrestrita da liberdade de expressão. Imprensa livre é sinônimo de expressão livre.

Há 10 princípios da Ata de Chapultepec que poucos conhecem. Eis porque considero histórica a reunião" - ele se referia à reunião de ontem - "da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, para que Minas Gerais, que apoiou duas ditaduras - a do Estado Novo e a dos militares de 1964 -, assuma a posição de pioneira em apresentar nova proposta de Lei de Imprensa.

Se dependesse de mim, da minha opinião pessoal, a autocensura, cuja responsabilidade cabe especialmente aos donos da mídia, José Geraldo, que ditam o que deve ser publicado, seria resolvida com um pequeno projeto estabelecendo: Art. 1º - A liberdade de manifestação de pensamento e de imprensa, constando o que prescreve a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração de Chapultepec, é um direito a que toda pessoa humana tem acesso". Aliás, é a proposta do Dídimo Paiva que encaminhamos ontem mesmo, por meio de requerimento, à Câmara Federal, ao Senado Federal, aos 53 Deputados mineiros e aos 3 Senadores de Minas Gerais.

"Parágrafo primeiro - A regulamentação desses direitos não pode sofrer nenhuma restrição. Qualquer restrição nega o pluralismo, enseja o nascimento de Estados totalitários, como aconteceu no início do século XX, com a implantação do fascismo - Itália -, nazismo - Alemanha - e comunismo - União Soviética.

Parágrafo segundo - O jornalista tem sua responsabilidade aumentada, quando aceita se autocensurar em função de seus interesses pessoais ou por razões partidárias, políticas, ideológicas ou religiosas", senhores jornalistas da Assembleia.

"Parágrafo terceiro - Os Estados e governos não poderão inviabilizar, por meio de tributos ou outros meios, o funcionamento de veículos da mídia escrita, radiodifusão, televisão, jornalismo 'online'. O uso da publicidade para favorecer veículos da mídia é considerado crime passível de 'impeachment' do governante.

Art. 2º - A mídia, como jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, jornalismo 'online'" - aliás, TVs institucionais como a TV Assembleia -, "é obrigada a publicar, na mesma edição, mesma página ou programas, as declarações dos acusados, ao lado das palavras dos acusadores, com o mesmo número de linhas, caracteres e igual destaque".

Dedicaram 10 minutos do Fantástico para dizer que José Cleves era criminoso. Até hoje, a Globo não veio desmentir isso. Houve um jornal que num dia publicou duas páginas enormes falando por que o José Cleves havia matado sua esposa, Fátima, mesmo com a mãe, os pais e os filhos dela discordando da versão e os autos sendo totalmente contraditórios. Esse mesmo jornal publicou, em três ou quatro linhas, a absolvição de José Cleves. Toda a imprensa foi convocada para o lançamento ontem do livro de José Cleves, mas só a imprensa da Assembleia estava presente. Parabéns, Secretário-Geral José Geraldo! Espero que as críticas do Dídimo sejam repetidas muitas vezes na TV Assembleia. Registraremos o número de vezes e depois requereremos as datas. Pelo menos aqui haverá liberdade para o Dídimo, para o José Cleves e para o Washington, ex-Presidente e representante da Fenaj, que esteve aqui ontem.

"Parágrafo primeiro - 'Quem escolhe opiniões para publicar possui controle sobre suas ações e pode manipular com perfeita segurança' - frase famosa de John Stuart Mill. É verdade que a regulamentação da mídia é o problema mais importante, difícil e perigoso - Jonh Adams já dizia isso em 1915. O princípio 7 da Ata de Chapultepec diz que os meios impressos, o rádio, a TV, o cinema, a televisão, a comunicação telefônica aberta, por via satélite, mediante a interconexão de computadores, e qualquer procedimento técnico de comunicação que estão gerando o talento do homem contemporâneo, estão resumidos no clássico conceito da liberdade de imprensa. Ninguém é responsável por seu funcionamento, a não ser os donos dos meios e os jornalistas. Estes não poderão ser controlados nem podem ter podados seus textos. Em caso positivo, deve-se recusar a assinar a matéria, recaindo qualquer culpabilidade legal sobre os donos ou diretores do veículo", se eles assinarem.

"A imprensa, como estabelece a Ata de Chapultepec, diz que a mídia é um dos meios pelos quais se pode cometer um ato ilícito, desonroso e criminoso exercendo-se a liberdade de expressão; a responsabilidade consequente deve recair sobre o dono do veículo, e não sobre o jornalista. Só assim, observando o legítimo princípio de ouvir, no mesmo dia, e publicar sua opinião, a pessoa acusada na matéria estará resguardada. Repita-se: a divulgação será feita lado a lado, a do acusador e a do acusado, com o mesmo número de linhas, mesmos caracteres, mesmo destaque, na mesma página, na mesma edição.

Solicito dessa ilustrada Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa a divulgação e publicação desse documento, pelo qual venho lutando desde 1948, quando, através da coluna "Cartas ao Parlamento", criada por Assis Chateaubriand em "O Jornal", dirigida ao Deputado Federal Plínio Barreto, UDN-SP, Presidente da Comissão Mista de Leis Complementares do Congresso Nacional. Essa carta - recorte anexo - foi publicada em "O Jornal" no dia 24/10/48.

Pode-se dizer que o poder público estadual resume e ocupa o diário oficial simplesmente para publicar milhares de atos do Poder Executivo. Mas o Poder Legislativo também deve ter o direito de fazer suas publicações no diário oficial, quando se trata de assunto de tamanha relevância."

Garanti ao Dídimo que seu pronunciamento, ou melhor, que seu texto seria publicado no diário oficial, com toda certeza.

"Recordo que o primeiro projeto de lei criando a nova Lei de Imprensa foi enviado ao Exmo. Sr. Presidente da República, Gen. Eurico Gaspar Dutra, eleito em dezembro de 1945, três meses após a derrubada do ex-ditador Getúlio Vargas (30/11/37-29/10/45). O Gen. Eurico Gaspar Dutra - governou, eleito, de 9/1/46 a 31/1/51. Dutra foi eleito com 3.251.507 votos, representando 55,39% dos eleitores; o Brig. Eduardo Gomes obteve 2.039 votos, 34,74%; Yedo Fiuzza, do PCdB, teve 569.818 votos, 9,7%; Mário Rolim Teles teve 10.001 votos, 0,17%.

O projeto de Lei de Imprensa, que mantinha os mesmos artigos ditatoriais da antiga Lei Adolfo Gordo, dos anos 20, somente foi aprovado em 1953, quando Getúlio era Presidente legal, quando derrotou pela segunda vez o Brig. Eduardo Gomes. Carlos Lacerda, acérrimo inimigo do ditador Getúlio Vargas, declarou: 'Votar em Dutra é votar no fantasma de Adolf Hitler'. O Gen. Otávio Costa, que foi Chefe de Imprensa do Marechal Castelo Branco, afirma que 'as forças armadas passaram a sofrer terrível doutrinação antimarxista, absolutamente intolerante e radical. Era um dilema maniqueísta: quem pensa como nós é nosso amigo, quem discorda de nós é inimigo. Dutra foi fiel executor dessa doutrina'. Otávio Costa, sobre a proibição das atividades do Partido Comunista Brasileiro, em 1946, *in* Maria Celina d'Araújo, Gláucio Dillon Soares e Celso Castro, na obra "Visões do golpe: a memória militar sobre 1964", página 77). A socióloga Maria Vitória Benevides (*in* Boris Fausto, História do Brasil, página 61) diz de Vargas: 'Que a sua primeira inclinação era o fascismo, disso não há dúvida'. (Getúlio nascido em 19/4/1882, São Borja-RS. Morte: suicídio em 24/8/64).

Em seguida, algumas notas que Dídimo coloca em seu artigo para constar nos anais desta Casa, pela lucidez, mostrando sempre a juventude, a novidade das ideias de Dídimo de Paiva, esse arauto, esse ícone da luta contra a ditadura e da luta por todas as liberdades democráticas.

Foi ele quem incentivou José Cleves a contar num livro a sua história, foi ele quem o apoiou e fez uma belíssima apresentação do livro "A Justiça dos Lobos", que poderíamos chamar, com toda a certeza, "a Imprensa dos Lobos". "1) José Paulo Cavalcanti Filho, advogado pós-graduado pela Universidade de Harvard - EUA. Foi Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade - e da Empresa Brasileira de Notícias - ABN -, além de Secretário-Geral do Ministério da Justiça - 1955-1999. 2) Entrevista em 1976 à estudante de jornalismo Marlene Alves da Silva e às suas colegas do Curso de Jornalismo da UFMG - cópia anexa. 3) A Lei de Imprensa nº 5.250, de 1967, foi pelo meu parecer considerada 'uma lei contra a imprensa'. A história comprova que o dono do veículo faz o que bem entende e nunca cumpre o que está na legislação. Uma palavra de João Mangabeira, autor do livro 'Um Estadista da República', sobre Rui Barbosa: 'A Justiça é um poder que tem faltado com o cumprimento de seu dever'. O mesmo acaba de dizer o Ministro Daniel Dippi, Corregedor-Geral do Conselho Nacional da Justiça - CNJ -: 'A Justiça tem fortes setores corruptos'. 4) 'O Brasil não oferece segurança suficiente para que cidadãos informem sobre assuntos de interesse público sem medo de serem presos, perder seus patrimônios ou sofrer agressões.' - Relatório da Divisão Especial para Liberdade de Expressão da Organização dos Estados Americanos - OEA -, em 13/5/2009. O 'Estado de São Paulo', 8/5/2009, de Roberto Almeida. 5) Dídimo Paiva, Código de Ética do Jornalista, 1985, livro 'O Jornalista Brasileiro', da jornalista Adízia Sá, professora da Universidade do Ceará - UFCE. Dídimo Paiva trabalhou em vários jornais, e é autor de cerca de 15 mil editoriais. De abril de 1964 a 9 de abril de 2009, trabalhou no 'Estado de Minas'. Foi Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais - SJPMG - 1975-1978, Diretor da Federação Nacional dos Jornalistas - 1979-1982 e Presidente e cofundador do Departamento de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese - 1976-1982. 6) Hoje os jornais e demais impressos - 'Folha de S. Paulo', 'Estado de São Paulo', 'Estado de Minas' e outros - publicam direito de resposta no 'Erramos', ou 'Coluna de Leitores'. Isso é pura mentira. Mentira ou acusação grave, pois calúnia, difamação e injúria são crimes graves, que devem ser punidos com processo, de acordo com Código Penal. 7) Tudo o que fizemos - e que hoje ficou no esquecimento - eu devo aos meus companheiros sindicalistas, em especial a Washington Mello, Paulo Lott, Salomão Borges, Virgílio de Castro Veado, Tilden Santiago, Manoel Marcos Guimarães, Luís Carlos Bernardes, Américo Antunes, Geraldo Melo Correia, Dinorah do Carmo, Aloísio Lopes, Aloísio Moraes, Elian Guimarães e tantos outros dirigentes sindicais, da nossa e de outras categorias, que fizeram da nossa sede a primeira casamata contra a ditadura militar. 8) O jurista Antônio Álvares da Silva, professor titular da Faculdade de Direito da UFMG, contesta a decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - que anulou a lei do diploma de curso superior para o exercício do jornalismo. Diz o mestre Álvares da Silva: "Também tive a alegria de fazer o prefácio do seu livro 'A Justiça do Século XXI', que é uma obra, como 'A Justiça dos Lobos', que deveria ser obrigatória em todos os cursos de Direito". Essas duas obras deveriam ser obrigatórias em todos os cursos de formação de policiais civis, Promotores, Defensores e Juizes de Direito. Leio a citação feita pelo Dídimo, do Prof. Antônio Álvares: "E note-se que não é sequer necessária emenda constitucional. Basta uma lei ordinária. Entre quem faz a Constituição e quem a interpreta, a predominância é da primeira, em caso de conflito (...). O legislador é eleito pelo povo. E é dele, e não dos Juizes, que emana todo e qualquer poder dentro de um Estado Democrático (...). Se o STF entende o oposto, pode a interpretação ter prioridade sobre a legislação? A resposta é negativa. Não pode (...). Pode o Congresso Nacional perfeitamente fazer nova lei que predomine sobre a orientação do STF. Diploma de jornalista II, 'Hoje em Dia', 30/6/2009, página 4, 'Opinião'".

O Dídimo vai ao autor de 'O Espírito das Leis', Montesquieu, para nos deixar sua lição final: "As leis inúteis enfraquecem as necessárias". Então para nós é importante, Sr. Presidente, ler hoje esse manifesto indicado à Comissão de Direitos Humanos, pela lucidez. Como disse, concordamos em 99,9% com o que o Dídimo expõe. Temos apenas algumas observações a respeito da necessidade de algumas mediações

históricas no atual governo, mas concordamos com a necessidade de que se tenha uma lei de imprensa nesses três artigos propostos. Que isso também sirva como lição. Solicito ao José Geraldo, Secretário-Geral da Assembleia Legislativa, que divulgue esse texto para todos os jornalistas da Assembleia. Que continuemos a dar esse exemplo nos grandes ensinamentos e na sabedoria deste grande homem, Dídimo de Paiva. Que ele continue por muitos anos com essa mesma clareza, essa visão de defesa de liberdade e esse espírito humano. Dídimo é um humanista por excelência. Com toda a certeza, é um daqueles que Bertold Brecht diria que é imprescindível na sociedade atual. Que ele sirva como ensinamento, sabedoria e exemplo para todos nós, de forma direta, no caso dos jornalistas, e indireta, no nosso caso, Deputados, que trabalhamos com a informação. Muito obrigado.

Solicitaremos esse livro. O nosso Secretário-Geral já está aqui. Como não será encontrado em livrarias, como é um documento histórico - aliás, tem o prefácio deste Deputado e a apresentação de um funcionário desta casa, Procurador, grande advogado e homem, Marcelo Leonardo -, que seja vendido em nossa biblioteca, na Livraria do Legislativo.

Já tenho os exemplares. Quem quiser poderá adquiri-lo, porque serve como lição. Como o Washington defendeu, que cada um que ler esse livro passe-o para frente e faça a complementação com esse artigo do Dídimo de Paiva, porque infelizmente ainda existe um papel triste em parte significativa da imprensa brasileira hoje. Termino com as palavras de Dídimo: "Liberdade de imprensa não pode ser vista como liberdade de empresa de jornais".

\* - Sem revisão do orador.

## 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 2/7/2009

O Deputado Duarte Bechir\* - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, gostaria inicialmente de agradecer a Deus a oportunidade que me propiciou de fazer parte desta honrosa Casa, do Parlamento mineiro. Gostaria de agradecer aos meus pais: à minha querida mamãe, D. Luzia, professora do Estado, a educação, o trato da infância; e ao meu saudoso pai, Nacib Bechir, já falecido, funcionário público da MinasCaixa. Deus me permitiu participar dessa família humilde, em que fomos criados com muito carinho, com princípios morais e religiosos, principalmente. Quero também cumprimentar a minha esposa Dorilene e as minhas filhas Fabiana e Fernanda. Somos uma família pequena e unida, graças a Deus, com uma convivência muito prazerosa.

Quero, neste momento histórico para minha querida Campo Belo, para minha região, falar pela primeira vez, por meio da TV Assembleia, canal democrático que propicia aos eleitores de nossa imensa Minas Gerais conhecer o trabalho do Parlamento mineiro.

Na reunião ordinária da última terça-feira, quando aqui se discutiu a formação da agência, foi dito que estaríamos aumentando o valor da água nos Municípios em que a detentora da manutenção é a Copasa, em vez de formar a agência. Da mesma forma que foi solicitado a muitos aqui, nesta semana, que dessem explicações, gostaria, Sr. Presidente, de dizer, com toda convicção, que o Parlamento mineiro é tão grande quanto a história de Minas Gerais.

Em Minas Gerais, de reconhecida tradição política no País, que deu tantos filhos importantes que contribuíram com sua história, não podemos deixar acontecer fatos lamentáveis como o que ocorreu na reunião para a primeira votação da formação da agência. Em momento algum foi dito entre nós, da Casa, que aumentaríamos a tarifa da água da Copasa. Aos questionamentos que tenho recebido da minha cidade e das cidades vizinhas onde também se dá a manutenção pela empresa - Cristais, Cana Verde, Santana do Jacaré e Candeias - tenho respondido, por emissoras de rádio e dirigindo-me aos Prefeitos e Vereadores amigos, que o que foi afirmado aqui - sem citar nome de nenhum parlamentar - quanto ao aumento da água é balela, é mentira. Já estamos no dia 2 de julho, faltando pouco mais de um ano para a eleição, no ano que vem, quando, aí sim, estaremos no palco ou no palanque - segundo a vontade de cada um -, podendo levar a nossa mensagem aos eleitores da forma que melhor nos convier.

Também gostaria de dizer a esta Casa e a todo o Estado, especialmente a Campo Belo, que na manhã desta sexta-feira, dia 3, será lançada a pedra fundamental do serviço de hemodiálise na Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paulo, de Campo Belo. Esse é um serviço que falta à nossa cidade e região, mas, com o lançamento dessa pedra fundamental, daremos início a essa obra que certamente trará mais conforto e dignidade ao povo da nossa microrregião. Hoje, o povo de Campo Belo, Aguanil, Cristais, Candeias, Santana, São Francisco e Cana Verde é atendido na cidade de Lavras, que dista aproximadamente 70km de Campo Belo. Os companheiros médicos sabem do transtorno que é para um paciente de hemodiálise deixar a sua cidade e viajar de "van", de Kombi ou de ônibus para fazer o tratamento a cerca de 70km de distância, como acontece com os pacientes de Campo Belo e região. Mas amanhã, em Campo Belo, daremos início à construção do serviço de hemodiálise, que atenderá também aos Municípios vizinhos.

Por fim, quero dizer que, entre as atividades de que participei na minha vida - lembrando que iniciei a vida pública como Vereador em Campo Belo e, logo no primeiro mandato, assumi, com muito orgulho, a Presidência da Casa, no biênio 1993-1994 -, assumi, no ano passado, a diretoria financeira e administrativa da Casemg, onde tive oportunidade de conviver com a Presidente, Dra. Danuza Bias Fortes. Foi ela que dirigiu os destinos da Casemg até o final do ano passado, quando deixou os trabalhos para assumir a Prefeitura Municipal da nossa tão querida e respeitada Barbacena. A ex-Presidente da Casemg, hoje Prefeita, recebeu ontem a triste notícia de que, infelizmente, seu pai, que já estava em tratamento, veio a falecer. Ex-membro do Parlamento mineiro, o ex-Deputado Chrispim Jacques Bias Fortes teve oportunidade de demonstrar o seu trabalho nesta Casa, recebendo de todo o povo mineiro o reconhecimento de cidadão exemplar e político honrado que era.

Assim, gostaria neste momento de evocar tão somente uma passagem da vida do ex-Deputado Chrispim Jacques Bias Fortes, pai da atual Prefeita de Barbacena e ex-Presidente da Casemg, Dra. Danusa Bias Fortes. Em 1950, o Biazinho, como era carinhosamente conhecido, disputou sua primeira eleição para Deputado Federal elegendo-se com expressiva votação, e se reelegeu por mais sete legislaturas.

Ou seja, foi um Deputado que brilhou no Parlamento Federal, deixou sua história consagrada e merece o reconhecimento de todos nós, nesta Casa. Em 1958, casou-se com Cléia Bias Fortes, falecida há dois anos, com quem teve três filhos: Isabella, a companheira Danuza, da Casemg, e Jaquito, falecido em decorrência de um acidente em 1965.

Em sua longa vida pública, Biazinho ocupou vários e importantes cargos. Foi Secretário de Segurança Pública nos governos de Israel Pinheiro, Tancredo Neves e Hélio Garcia. Foi Secretário de Obras Públicas no governo de Aureliano Chaves e Líder da Bancada mineira do ex-PSD, ex-Arena e ex-PDS. Exerceu a Presidência do PDS mineiro e candidatou-se a Vice-Governador de Minas em 1982, com Eliseu Resende. No governo de Newton Cardoso, foi seu principal assessor no Palácio dos Despachos. Foi Presidente da Empresa Seguradora da Caixa Econômica Federal. Como Deputado Federal, trouxe para Minas, em especial para a região de Barbacena, importantes investimentos, o que possibilitou a construção da estação de tratamento de águas do Bairro Cruz das Almas. No episódio que culminou com a eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República, Biazinho teve importante participação nas convenções, pois como Presidente do PDS, era o elo entre seu partido e nosso saudoso Tancredo Neves.

Por falar em Tancredo Neves, chego a esta Casa em momento ímpar da sua história, quando vemos pelo Brasil inúmeras Assembleias e

Câmaras Municipais em constante trabalho legislativo, em busca da verdade. Tirando a inoperância de governos e Prefeitos, temos, em Minas Gerais, um Governador que é exemplo para todo o Brasil. Um Governador que causa inveja em muitos partidos do País. Aécio não é só um político vencedor, mais do que isso, já está fazendo história no governo de Minas. Minas Gerais, a despeito dos outros Estados, tem enfrentado a crise econômica com instrumentos criados pelo Governador. Ao ocupar o governo no mandato anterior, fez o choque de gestão, demonstrou crescimento da receita e controle da despesa. Em muitos Estados da Federação, a vida pública ainda não ensinou isso, mas o Governador de Minas tem levado, por meio de suas apresentações e participações em boa parte do Brasil, esse conhecimento e o avanço de Minas, sendo exemplo para toda a Nação, quiçá para o mundo.

Falava em nosso saudoso ex-Presidente Tancredo Neves, sempre eterno, em conversa com nosso querido Walter Tosta, com quem congratulome pela simpatia e exemplo de vida, pois foi um menino de família pobre, vendia balas em sinal de trânsito, ocupou por duas vezes a cadeira de Vereador na Câmara Municipal e hoje é Deputado Estadual. Seu exemplo de vida serve para todo o Estado de Minas Gerais e para todo o Brasil, visto que é um homem vencedor, simples, humilde e competente.

Para terminar minhas breves palavras, rendo minhas homenagens a todos os Deputados e Deputadas deste Parlamento. Chego aqui com muita humildade, evocando Deus para que Ele seja minha luz e meu guia nas minhas decisões. E, mais do que isso, chego pedindo aos companheiros que me ajudem a fazer um trabalho bem feito, como o faz a Casa Legislativa de Minas Gerais, que tem orgulho de mostrar seu trabalho para todo o País. Quero ser companheiro, amigo, leal e participativo. Trago experiência como Prefeito da minha querida Campo Belo, como Vereador e Presidente da Câmara Municipal. Neste momento, saúdo a todos os companheiros.

Em especial, quero deixar o meu abraço carinhoso à minha região de Campo Belo e às cidades circunvizinhas, que, já há muitos anos, sonhavam ter aqui seu representante e, como um todo, aliar-se aos companheiros do nosso bravo Sul de Minas, que hoje tem uma pequena liderança nesta Casa. Somos apenas sete Deputados. Que nos unamos em busca das melhoras para a região e que sejamos úteis à saúde e ao trabalho, pois tenho certeza de que um Governador como o nosso olha com carinho para a nossa região se formos organizados.

O meu muito obrigado pela oportunidade, o meu abraço carinhoso à minha querida Campo Belo e região e obrigado pela compreensão das Sras. e dos Srs. Deputados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Juninho Araújo - Sr. Presidente, caros colegas, o que me traz a esta tribuna, infelizmente, é mais uma tragédia da BR-381, Deputado Wander Borges, nós que estamos na Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da BR-381. Hoje, pela manhã, houve mais um acidente fatal, com duas vítimas. Um homem de 33 anos e uma criança de 8 faleceram num acidente próximo a Nova União. E continuamos nos perguntando até quando continuará esse absurdo da BR-381, uma rodovia que tinha tudo para ser da vida, do progresso, que é tão importante para nosso país e, infelizmente, continua sendo palco das mais violentas tragédias a que podemos assistir.

Daqui a pouco terei que passar por essa estrada, pois irei ao Vale do Aço encontrar minha família, e imagino o que a minha esposa e filhos ficam pensando: "Será que o Juninho chegará de carro ou num caixão?". É uma pergunta que temos de fazer a nós mesmos. Quando lembro meus filhos, que deixo em casa quando venho para Belo Horizonte fazer nosso trabalho na Assembleia, faço-me essa pergunta também, porque não tenho horário. Muitas vezes, vou à noite, de madrugada, nos horários de pico, e essa estrada não oferece nenhuma segurança.

Ficamos realmente tristes com a atitude do governo federal. Já há um projeto, e o governo já está falando em nova alternativa. Falam em cobrar pedágio antes de duplicar a estrada, mas, Deputado Wander Borges, nada resolverá, a não ser a duplicação. Não acredito que colocar mais radares ou tomar alguma medida paliativa irá resolver. Quem passa pela BR-381 diariamente, como fazemos, sabe que a única opção é a duplicação.

Em 2007, nós, da Comissão de Transportes, estivemos em Brasília com o Ministro Alfredo Nascimento, que garantiu os recursos do PAC para essa obra de duplicação sem o pedágio. E ficou só na conversa. Já vieram com nova alternativa de cobrar pedágio antes da duplicação. Estamos sendo enrolados pelo governo federal, não temos solução a esse respeito, e estamos aqui, Deputado Wander Borges, cobrando, mais uma vez, do governo federal e perguntando até quando continuaremos assistindo a essas tragédias com nossas famílias.

O Deputado Wander Borges (em aparte) - Deputado Juninho Araújo, parabeno-o pelo seu pronunciamento, haja vista que essa luta que começamos no ano passado não pode ter fim. O fim é a melhora da rodovia que nos leva ao Vale do Aço até Governador Valadares.

Na semana passada, vim de Teófilo Otôni, passei por Governador Valadares e, automaticamente, peguei a BR-381, e havia sete acidentes. Hoje, pela manhã, mais duas mortes.

Deputado Duarte Bechir, ficamos pensando na história que V. Exa. estava contando. Mesmo diante das necessidades, há muitas pessoas dizendo que não querem passar pela BR-381. Tenho evitado o máximo de compromisso naquela região. Quando o faço, faço-o de uma vez só, pois é uma exposição muito forte e grande. Para duplicá-la, são necessários R\$2.000.000.000,00. Outro dia, em Brasília, com o PAC Drenagem, foram distribuídos R\$4.300.000.000,00. Sabe-se que são praticamente 900km de rodovia e que, além disso, essa é a rodovia do desenvolvimento da Região Sudeste e movimenta um percentual expressivo da economia de Minas. Portanto, é preciso realmente fazer a duplicação. Não temos dúvida alguma, Deputado Juninho, de que temos de continuar, tendo em vista o processo político e o grau de legalidade e de atos administrativos e de gestão que temos de construir para alcançarmos uma obra. Nessa caminhada, se Deus assim o permitir, em 2011 ou 2012, com a boa-vontade de todos, teremos obras. Esse é um grande desafio de todos nós. Estamos juntos nessa empreitada, Deputado.

O Deputado Juninho Araújo - Obrigado, Deputado Wander Borges, nosso companheiro, pelo pronunciamento e pelo apoio. Até quando teremos de esperar o governo Lula acordar diante dessa trágica realidade? Realmente, ficamos nessa expectativa. Essa estrada liga Belo Horizonte ao Vale do Aço. Todos sabem do crescimento do Vale do Aço. Sr. Presidente, essa é a única região metropolitana do interior do Estado cujas cidades estão recebendo um grande investimento. A Usiminas está duplicando a sua unidade no Vale do Aço, em Ipatinga. Contamos aqui hoje com a presença do Sr. Humberto, Prefeito de Belo Oriente, que está se desenvolvendo e receberá lá o aeroporto da Usiminas. A Cenibra está no Município de Belo Oriente e duplicará a sua produção; e a Usiminas já está se preparando também para duplicar a sua unidade. Tudo isso sofrerá um impacto calculado em aproximadamente 200 novas carretas por dia na estrada, Deputado Wander Borges. Não sei o que será feito. Realmente, essa estrada está entrando em colapso. É uma pena que, mais uma vez, tenhamos de vir a esta tribuna para falar e cobrar do governo federal, que garantiu o recurso para essa duplicação na faixa de R\$2.000.000.000,00, conforme disse o Deputado Wander Borges, mas agora está tentando fugir e adiando esse compromisso. Enquanto o adia, mais pessoas estão morrendo, mais vidas estão se perdendo. É lamentável, mas temos de cumprir o nosso papel de fazer essa denúncia e entrar em luto com essas famílias que hoje perderam seus parentes nessa estrada criminosa e assassina. Continuaremos aqui brigando e debatendo esse assunto.

Hoje o Prefeito de Belo Oriente está na Assembleia, nos visitando. Gostaria de parabenizar essa cidade, que está crescendo muito, localizada na região do Vale do Aço, e, conforme disse, recebendo um investimento do aeroporto da Usiminas, o gasoduto e a duplicação da Cenibra. Ele está batalhando pela cidade. Ontem tivemos um encontro importantíssimo com o Desembargador Sérgio Resende, Presidente do Tribunal de Justiça, o Prefeito e toda a comunidade, buscando a instalação da comarca desse Município. Isso é importantíssimo. A comarca foi criada há 16 anos,

mas a sua instalação não foi feita. Buscando os anseios da comunidade, o Prefeito está aqui cobrando a instalação. Tenho a certeza de que conseguirá, com o apoio desta Casa. Ontem estivemos lá em comissão com cinco Deputados e continuamos cobrando. Acredito muito que o Tribunal instalará a Comarca de Belo Oriente, que será muito importante para toda a região do Vale do Aço.

No mais estamos aguardando providências, junto à Comissão de Transporte e à Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da BR-381, enquanto cobramos do governo federal que faça como o governo de Minas. As obras prometidas pelo Governador estão em franco avanço. Viajamos para o interior e já podemos ver que as estradas, que anteriormente eram só poeira e barro, hoje estão asfaltadas. Os compromissos do governo estadual estão sendo cumpridos, Deputado Ademir Lucas. No entanto, em se tratando da responsabilidade do governo federal... A BR- 381, hoje pela manhã, na região de Nova União, matou mais duas pessoas. Até quando assistiremos a tragédias?

Sr. Presidente, esta é a minha fala. Estamos de luto com essas famílias que perdem seus parentes queridos. Muito obrigado.

O Deputado Wander Borges - Cumprimento o Sr. Presidente, os nobres Deputados, as senhoras e os senhores. Deputado Juninho Araújo, inicialmente volto à questão da BR-381 para dizer que só obteremos êxito, se o conjunto da sociedade, sobretudo aqueles que transitam e moram ao longo da rodovia, bem como os transportadores e os usuários de ônibus, se organizarem, para continuarmos com nossas manifestações, que ocorrem todo dia 13, quando promovemos, em alguns trechos, uma paralisação. Eu me manifesto próximo a Sabará, no trevo da cidade de Caeté, onde houve o acidente com aquelas pessoas da faculdade, que estavam voltando para suas casas.

Esse ato, que anteriormente visava a incomodar, passa, agora, a ser simbólico para demonstrar nossa indignação, no que se refere à falta de infraestrutura da BR-381. Obviamente algumas obras foram realizadas como, por exemplo, no trecho entre Ipatinga e Governador Valadares, onde estão fazendo um recapeamento asfáltico. Desse trecho até Belo Horizonte repintaram as faixas de sinalização, o que não é suficiente. Entendemos que, para aquele local, a única solução é a duplicação.

Temos de nos preparar ao longo de 2009, 2010, 2011 e, quem sabe?, 2012, para o início das obras. Se não o fizermos - não sabemos o que haverá, pois o futuro a Deus pertence -, teremos de sensibilizar todo o conjunto da sociedade a estar presente nesses movimentos, quando manifestaremos nossa indignação, a fim de que essa rodovia seja melhorada.

Concedo aparte ao Deputado Vanderlei Jangrossi. Posteriormente, concederei a palavra ao Deputado Ademir Lucas, ex-Prefeito da cidade de Contagem. Ele foi um grande Prefeito desse Município.

O Deputado Vanderlei Jangrossi (em aparte)\* - Deputado Wander Borges, parabenizo V. Exa. por mais uma vez falar sobre a BR-381. Sabemos que o modelo de rodovia que temos aqui, em Minas Gerais, não é perfeito; aliás, é totalmente imperfeito, até por causa de seu traçado cheio de curvas acentuadas, o que poderia ser mudado.

Na verdade, além da duplicação, é necessário que se tenha a remodelação das nossas rodovias, principalmente daquelas que estão em estado deplorável e em situação muito complicada. No que diz respeito aos problemas das rodovias estaduais, nosso Governador tem tentado resolvê-los, por meio de remodelagem e de algumas benfeitorias, trazendo grandes melhorias aos usuários. Porém, infelizmente, as rodovias federais, como a BR-381, ainda se encontram em má situação. Lançarei mão do dito popular: "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura". Então, vamos falar, vamos bater, até conseguirmos ver essa rodovia remodelada e totalmente transformada, o que trará segurança ao povo de Minas Gerais.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Deputado Wander Borges, tanto V. Exa. como o Deputado Juninho Araújo têm toda razão em destilarem desta tribuna a revolta, a indignação e o protesto contra o estado em que se encontra a BR-381, precisamente o trecho Belo Horizonte-Ipatinga, que tem causado, ao longo de sua existência, vários acidentes com mortes e muitos feridos. Sou solidário com V. Exa. e gostaria de participar de seu discurso dizendo-lhe que, ao que me parece, a prioridade não é bem-definida. V. Exa. também foi Prefeito e sabe que governar é definir prioridades. O trecho que liga Ipatinga a Governador Valadares, convenhamos, é o melhor da rodovia, o qual possui as maiores retas; trata-se de um trecho até agradável para viajar. Tenho minhas dúvidas sobre ser prioritário começar as obras da BR-381 por Governador Valadares. Ouvi também, há poucos dias, depois de uma dessas manifestações que os senhores estão promovendo, que pretendem instalar radares ao longo da rodovia. Com o radar, objetivam conseguir arrecadação, ou seja, antes de começarem a obra, já querem arrecadar. Radar é para arrecadar! Duvido muito de que as pessoas imprudentes conterão seus ímpetos por causa dos radares. Muito mais importante que isso é a obra.

Gostaria de dizer que ainda tenho muitas dúvidas em relação à duplicação dessa rodovia, visto que as curvas também serão duplicadas. O que tem de ser feito é um novo traçado. O que provoca acidentes são aquelas curvas, que são mais de uma centena daqui até João Monlevade. Se se duplica a rodovia, duplicam-se também as curvas. Então, tenho dúvidas se essa medida realmente trará solução.

Em relação aos recursos, percebo que há dinheiro para tudo. Existe dinheiro para dar aos empresários das indústrias automobilísticas - dizem que é para vender carros, gerar empregos, mas, na verdade, o dinheiro está indo para as indústrias automobilísticas multinacionais. Retira-se o IPI das Prefeituras e, com isso, ocorre o desequilíbrio na arrecadação. Então, a redução do IPI é muito pior, pois, se querem garantir emprego nas indústrias automobilísticas, estão causando desemprego no País inteiro, pois estão tirando dinheiro do Fundo de Participação dos Municípios. É isso o que está acontecendo: atiram no que veem e acertam no que não veem. Da mesma forma, estão retirando o IPI da linha branca - geladeira e fogão - para ajudar esse setor, mas também tiram dinheiro das Prefeituras e com isso aumentam e ampliam a situação de desequilíbrio nos Municípios. Ademais, não fazem as obras necessárias. Essa obra daqui até João Monlevade e Ipatinga é extremamente necessária.

Então, gostaria de me aliar a V. Exa. e ao Deputado Juninho Araújo e dizer que gostei muito da data escolhida para o protesto, o dia 13. É bom que o povo de Minas e daquela região, que gosta muito de votar no 13, não se esqueça de que esse dia é para lembrar aos responsáveis, que estão no governo, essas tragédias. Se Deus quiser, iremos nos livrar do 13. O dia 13 é muito bom; vamos lembrar o 13 da tragédia, e não o 13 da solução para o povo brasileiro.

O Deputado Wander Borges - O ideal é refazer o traçado geométrico da estrada, haja vista que ela é antiga, tendo sido construída na época em que o número de veículos era pequeno.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte)\* - Gostaria, companheiro, de saudá-lo pelo seu pronunciamento. Sei da brava luta que o companheiro tem e teve quando foi Prefeito. Quero também cumprimentar o Deputado Ademir Lucas, pois também penso que governar é estabelecer prioridades. A propósito da discussão, no próximo ano teremos um pleito especializado do governo federal. Que, antes do pleito, esta Casa adote como uma das responsabilidades para o governo que termina e para o que começa a decisão exposta aqui por V. Exa. Moro no trecho da BR-381 que corta o Sul; temos pista dupla até dentro de Belo Horizonte. Chego à Praça Raul Soares com pista dupla, onde cabem três carros e um caminhão e onde há mais duas faixas para veículos pesados.

Quero solidarizar-me com V. Exa. e com o Deputado Juninho Araújo, porque sei que muitos empresários do ramo jornalístico vendem jornais e mais jornais que exploram a desgraça da BR-381, no trecho citado por V. Exa.

O Deputado Wander Borges - Há de se ressaltar que, no trecho a que V. Exa. se refere, os veículos pequenos pagam um pedágio da ordem de R\$1,10. Ali, praticamente não ocorrem acidentes.

O outro assunto que me trouxe aqui é o programa Poupança Jovem, do governo estadual. Ele me chamou a atenção por ser extremamente interessante, pois beneficia moças e rapazes que cursam o primeiro ano do segundo grau, ou seja, do ensino médio. A cada 30 dias, são depositados numa conta-corrente vinculada valores da ordem de R\$100,00, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - ou por outro índice que o substituir, para que os alunos participem efetivamente da vida escolar e sobretudo da vida comunitária.

Faço uma reflexão interessante: se voltarmos no tempo, lembraremos que tínhamos obrigação, perante os nossos pais, de estudar, frequentar a escola. O Getúlio, que é um pouco mais velho do que este Deputado que vos fala, deve ter ido à escola algumas vezes debaixo da vara de marmelo. Olhem a mudança de comportamento que ocorre no seio da sociedade em que vivemos: 45 mil presos em Minas Gerais, 500 mil presos no Brasil, crescimento geométrico nas cadeias e penitenciárias, que são habitadas principalmente por pessoas com idade entre 18 a 28 anos. Ou seja, o número de jovens presos é bastante expressivo.

A conduta dos alunos participantes do programa deve ser norteada pelos seguintes princípios: zelar e fazer cumprir as normas da escola e do programa; zelar pelo desenvolvimento do centro de integração comunitária e prática de ações de interesse coletivo; demonstrar esforço e determinação no desempenho das atividades de classe e extracurriculares. Estas são: língua estrangeira, inclusão digital, atividades culturais e esportivas e liderança comunitária, que é extremamente interessante. O cadastro me chamou a atenção porque, na inserção comunitária social, perguntam se o aluno participa de centro social, partido político, clube esportivo, sindicato, grupo religioso, movimento estudantil, cooperativa, conselho, associação de moradores, grupos culturais, associação de jovens e outros afins. Isso demonstra claramente que, com essa ação, o governo tenta conduzir esses jovens a um modo diferente de vida. E estamos falando de uma menina da faixa de 16 anos, que, ao longo de cada ano, terá, depositados em sua conta corrente, de forma intransferível, algo em torno de R\$1.000,00 por ciclo concluído, valor este corrigido pela poupança.

Estava vendo as multas que são impostas. Quando o estudante afirma querer participar do programa, assina um termo de adesão; mas, se não quer, também assina um termo de adesão. E os pais também são chamados, porque a escola é hoje um sistema complicado. Muitos acham que é depósito de jovens e crianças. Escola tem de ser prazerosa. As situações em que cabem advertências e às quais estão sujeitos os alunos são: se for pego usando ou portando drogas, terá sua avaliação refeita; se consumir bebida alcoólica; se agredir verbalmente o colega; se cometer ato de vandalismo nas dependências da escola ou afins; se portar qualquer tipo de arma, seja ela branca ou não; se descumprir aquilo que foi pactuado no termo de adesão. Já estão sendo beneficiados quase 30 mil jovens no Estado em cidades como Teófilo Otôni, Governador Valadares, Ibirité, nossa vizinha Ribeirão das Neves e Sabará. Parece-me que são oito ou nove cidades. Esse programa, realmente, é extremamente bacana e inteligente. Foi idealizado pelo governo de Minas, tendo à frente da Secretaria o nosso companheiro desta Casa Deputado Agostinho Patrús Filho.

Com isso, acredito que recomeçamos a redesenhar o caminho. Isso ainda é pouco, pois temos de voltar aos primeiros anos de vida, quando se começa a formar a personalidade, entre 6 a 10 anos. Hoje já temos, por este país afora, moleque de 12 anos vendendo pedras de "crack", que, com 12 segundos, chega ao cérebro dando uma sensação de energia vital, de super-homem. Depois vem a depressão, quando o viciado volta a consumir essa droga, que tem acabado com os nossos jovens pelo Brasil afora. Mas esse exemplo de Minas Gerais é extremamente interessante. Não podemos, pois, deixar de parabenizar o governo na pessoa do Governador Aécio Neves, que tem feito esse esforço na mudança de comportamento da sociedade. Ao finalizar, acho que fazer obra quando se têm recursos é mais fácil. OS Deputados Getúlio e Paraca foram Prefeitos e sabem o que estou falando. Agora, mudar o comportamento das pessoas talvez seja o maior desafio que esta Nação tem. Deixo aqui, então, um abraço muito carinhoso para todos vocês. Muito obrigado pela oportunidade.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente, Deputado Weliton Prado, caros colegas Deputadas e Deputados. Apraz-me neste momento cumprimentar o Deputado Wander Borges por suas duas perorações, primeiro falando sobre a BR-381 e o absurdo que é iniciarem-se essas obras pelo trecho Valadares-Ipatinga, quando o trecho que mata é o daqui para Monlevade e Ipatinga. Realmente, comentava com o Deputado Doutor Viana que não corro mais esse risco, não posso mais ir de carro, pois já tive muitos acidentes nas estradas e não quero arriscar a minha vida; passo, portanto, a viajar de avião. Na verdade, o trecho Valadares-Ipatinga é uma beleza, assim como o de Teófilo Otôni-Valadares não é tão ruim. Falta acostamento aqui, pista dupla ali, terceira pista acolá. Um tratamento mais suave e mais barato poderia ser feito naqueles trechos, mas daqui para Monlevade é quase suicídio andar nessa estrada.

A segunda parte do discurso do Deputado Wander Borges também é muito importante quando fala no Minas Olímpica, um empreendimento iniciado em 2003, com a ajuda do governo federal, que tirou a escada e deixou o governo de Minas sozinho, mas o programa prossegue. Gostaria de lembrar, Sr. Presidente, que, na semana passada, viajamos com o Ministro Hélio Costa. Fomos a Nanuque inaugurar os novos prédios dos Correios. Lá há uma decisão de se implantarem mais dois telecentros, um no Caic e outro na região central da cidade. Viajamos até a Serra dos Aimorés para visitar o Prefeito Célio Pinto, vitimado por enfarte, mas que já se encontra bem, já despachando. Passamos por Carlos Chagas. Temos rodado por nossa região buscando as informações. De ontem para cá, uma emissora de rádio da minha cidade tem apresentado como obra da Prefeitura de minha terra a realização da estação de tratamento de esgoto.

Realmente, é uma obra concedida pela Prefeitura, mas vale lembrar que ela foi concedida quando fui Prefeito, em 2004, num contrato. Os recursos que estão sendo aplicados pelo governo do Estado para a estação de tratamento de esgoto de Teófilo Otôni, da ordem de R\$60.000.000,00, são recursos que foram negociados com o ex-Prefeito, que era eu, e a Câmara de Vereadores levou dois anos para discutir esse projeto. Além dessa, temos outra grande obra, que hoje está sendo prejudicada pelos ambientalistas, que é a nova barragem de água da cidade, com investimento de mais de R\$50.000.000,00.

Vamos explicar à população de Minas Gerais, porque às vezes há muita crítica pesada à Copasa, dizendo que ela não atende aqui, não atende ali; lá eu não tenho nenhuma queixa, não. Em Teófilo Otôni a Copasa está trabalhando muito bem. Estamos concluindo todos os interceptores de esgoto, ligamos bairros importantes, como o Taquara e o São Benedito, que eram completamente desligados da cidade. Vamos ter lá aproximadamente 95%, 98% de coleta e tratamento de esgoto, além de fornecimento de água tratada, também em torno de 95%, 98%. Claro, a cidade cresceu e é preciso que haja outro manancial para buscar reserva de água suficiente. Então, estamos projetando, a Copasa estudou conosco uma nova barragem, que custará mais de R\$50.000.000,00.

O que me estranha, meu caro Presidente, é que a Prefeitura da nossa terra, por intermédio de uma emissora de rádio, todos os dias de manhã, às 7 horas, começa a jogar mentiras dizendo que a obra é municipal, que o Município é que está fazendo, "pegando barranco" em obra que não é da Prefeitura, "pegando barranco" na obra que estamos fazendo, por intermédio do governo do Estado, de asfaltamento de 13km de estrada, da cidade até a penitenciária, até o presídio; enfim, "pegando barranco" em todas as obras do Estado. Estamos lá iniciando as obras do Viva Vida, um grande prédio para atendimento a mulheres, gestantes, lactantes, a seus maridos, em relação a doenças sexualmente transmissíveis; um prédio de R\$3.000.000,00. Inauguramos agora uma maternidade no Hospital Santa Rosália. Já inauguramos um novo prédio do Hospital Vera Cruz e já se liberaram, em nível estadual, R\$2.000.000,00 para compra de equipamentos para uma porta de entrada de urgência e emergência, uma porta adequada, moderna, como as melhores do mundo.

Está se fazendo uma grande obra governamental em Teófilo Otôni. E destacávamos isso na imprensa local por várias vezes, e agora é preciso

que se destaque para todo o Estado. Teófilo Otôni recebeu, em 2007, R\$16.000.000,00; em 2008, R\$14.000.000,00; este ano, R\$5.000.000,00 até o mês passado e mais R\$2.000.000,00 liberados agora. Tudo para criar "uma senhora" estrutura de saúde na região dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, uma vez que Teófilo Otôni é cidade-polo dessa área inteira.

O que me estranha é o "barranco", o famoso "barranco" de se comprar uma emissora de rádio em que o repórter é funcionário da Prefeitura, o que é ilegal. Portanto, é funcionário da rádio, da Prefeitura, e vai para a rádio dizer que a obra é municipal, o que não é verdade. Então, estou aqui, calmamente, tentando explicar. Claro que vou pedir cópia do DVD para passar na televisão, na minha cidade, explicando de forma clara que esses convênios foram assinados em 2004, quando eu era Prefeito, está lá a minha assinatura no contrato com a Copasa. Além disso, a liberação dependeu de grandes negociações feitas aqui em Belo Horizonte com a Copasa e até com interferência do próprio Governador do Estado. Por quê? Porque a Prefeitura está inadimplente com a Copasa. Há quatro anos e meio a Prefeitura de Teófilo Otôni não paga as contas de água e esgoto à Copasa. A dívida já ultrapassou R\$11.000.000,00. Mas, mesmo assim, o Governador, que gosta do povo da nossa cidade, da nossa região, passando até por cima de um preceito de que não se faz obra onde há dívida - a Prefeitura está inadimplente com a Copasa -, decidiu liberar os recursos, os financiamentos. Isso não é dinheiro de graça, não. O dinheiro de graça é na Copanor; o dinheiro da Copasa é financiamento que se busca no BNDES, na Caixa Econômica Federal ou até em organismos internacionais.

São mais de R\$110.000.000,00 de investimentos da Copasa já iniciados em Teófilo Otôni. A estação de tratamento de esgoto está sendo feita lá abaixo do Bairro Turma 37. Seria do lado do Friluz, mas pedimos para descer mais um pouquinho, porque houve um crescimento na malha da cidade e é necessário atender aos outros bairros que crescem agora.

De outra parte, a nossa barragem de água, prevista para prevenir o abastecimento para os próximos 50 ou 100 anos, foi aprovada pela Supram. No entanto, a Fetaemg entrou no assentamento de alguns colonos que desejaram ser reassentados e apresentou recurso, alegando que estava em área de resquícios de mata atlântica. Os outros simplesmente venderam suas terras da área que será inundada e compraram casas na cidade. Curioso. Meu pai tinha uma fazendinha no mesmo lugar, no Córrego São José, região que está sendo inundada, e eu ficava por lá andando a cavalo, rodando por toda a região, e nunca vi uma árvore com mais de três metros de altura. No entanto, dizem que a área é composta por resquícios de mata atlântica. Isso é estranho. E por causa disso - e é o mais incrível -, a construção da barragem não começou ainda porque a vila dos assentados não teve parecer favorável do Meio Ambiente, desse mesmo Meio Ambiente que nos tem prejudicado tanto em relação à produção florestal.

A Frente Parlamentar da Silvicultura está aqui se debatendo para tirar do controle da Secretaria de Meio Ambiente a floresta plantada. Floresta plantada é a mesma coisa que plantar couve, feijão, arroz. O que tem o meio ambiente a ver com plantio de floresta, quando, na verdade, toda a região do Nordeste mineiro foi desflorestada e está completamente arrasada e abandonada desde a década de 50? Até meados de 1965, todas as matas existentes na região do Vale do Jequitinhonha a Teófilo Otôni foram dizimadas. De 1960 a 1975, as outras matas existentes na região de Teófilo Otôni em direção ao sul da Bahia e ao norte do Espírito Santo também desapareceram, e é preciso reflorestá-las. Lá não há mata nativa. Há uma reserva da Mata de Santana, da qual estamos cuidando há muito tempo. Os próprios fazendeiros e o poder público de Teófilo Otôni não deixam que desflorestem aquela parte da mata atlântica. Mas queria neste momento, Sr. Presidente, para dar margem e possibilidade a algum companheiro de vir falar neste horário, encerrar a minha fala esclarecendo de forma bastante sintética: a construção da estação de tratamento de esgoto de Teófilo Otôni está sendo feita com recursos do governo do Estado de Minas Gerais, da Copasa, recursos que negociei em 2004, cujo contrato foi assinado por mim. Não é obra municipal. Preciso expor de forma clara também que a barragem de água que será construída em Teófilo Otôni, cujas obras ainda não começaram em função da existência do recurso da Fetaemg relativamente aos assentamentos, é obra estadual, não é municipal. E que a estrada asfaltada que está sendo feita ligando Teófilo Otôni à penitenciária agrícola e ao presídio também é obra estadual, não é municipal. Que isso fique claro, independentemente das divergências político-partidárias que tenhamos, não podemos aceitar que a mentira prevaleça sobre a verdade. É preciso, neste momento, dizer de forma clara, como disse em Teófilo Otôni em várias solenidades: é preciso agradecer ao Governador. É preciso agradecer ao Dr. Aécio Neves, ao seu governo, a atenção especial dada a Teófilo Otôni e à região do Mucuri e do Jequitinhonha. No meu jornalzinho de prestação de contas da semana, mostro tudo que foi investido neste ano - e somente neste ano - em Teófilo Otôni. Alguns Deputados podem até invejar, pois foram feitos investimentos que beiram a R\$200.000.000,00 na macrorregião de Teófilo Otôni. São investimentos fortes que o governo do Estado tem feito na região, cumprindo determinação do Governador. O Deputado Fábio Avelar esteve lá conosco entregando ambulâncias para 89 Municípios. Nesse mesmo ato, 32 cidades assinaram convênio para a construção de postos de saúde. Então, 32 Municípios agradeceram ao governo do Estado porque, das 41 cidades incluídas no programa Travessia, 32 são da nossa região. É preciso saber agradecer. Para clarear bem aquilo que uma emissora de rádio da minha terra falou ontem, falou hoje e fala sempre que a obra é da Prefeitura, desmentir de forma cabal: a obra é estadual. E repito, quantas vezes mentirem lá, eu esclarecerei aqui. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, galeria, antes de iniciar a minha fala, com muita satisfação concedo aparte ao Deputado Ademir Lucas, para que faça uma comunicação.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Sr. Presidente, a política de Minas ficou mais empobrecida no dia de hoje. Nós perdemos, a um só tempo, o ex-Deputado Federal Biazinho, Chripim Jacques Bias Fortes, que por sete mandatos, se não me engano, exerceu o cargo de Deputado Federal. Ele representou Minas Gerais com muita probidade, muita correção e dignidade. Ele faleceu ontem, aos 86 anos de idade. Era oriundo de uma família tradicional de Barbacena, que também nos deu um Governador de Estado e homens públicos que muito contribuíram para a história política de Minas Gerais. Biazinho foi uma das figuras com as quais eu convivi. Era uma pessoa lhana, amena, de fino trato e muito preocupado com as questões de sua região. Eu ainda era jovem quando o conheci, até por uma razão muito singular. Oriundos do PSD, o traço de união que mantinha a amizade era a origem do PSD. Depois que foram extintos e criados o MDB e a Arena, os partidos continuaram todos amigos porque era a origem possedista que os unia. Eu me refiro a Tancredo Neves, Renato Azeredo e Biazinho, que moravam todos juntos, no mesmo apartamento, em Brasília. Tinham aquela convivência fraterna, apesar de já no período militar conviverem em partidos antagônicos, no bipartidarismo, com a Arena e o MDB.

O Biazinho nos deixa hoje. Tenho certeza de que a sua família sabe do seu extraordinário legado, e o povo mineiro e brasileiro também, para o nosso povo, sobretudo para o Estado de Minas Gerais. Lamento o seu passamento.

Outro fato a lamentar, o falecimento do Geraldo Valadão, muito novo. Morreu ontem e está sendo enterrado neste momento, vítima daquela insidiosa doença cujo nome nem gosto de falar. O Valadão era uma figura extremamente amiga, companheira e solidária. Tudo o que se pedia a ele fazia, com aquela cara boa e o sorriso permanente nos lábios. A um pedido da gente, ele era capaz de peregrinar a pé ou com o veículo que tivesse, ele andava com a pessoa o dia inteiro, mas voltava com a questão resolvida. Foi um grande companheiro. Lamentavelmente, jovem ainda faleceu. Quero deixar aqui consignado o nosso pesar pelo seu falecimento.

Geraldo Valadão, até os seus últimos dias de vida, até sua morte tão prematura, recentemente estava exercendo o honroso cargo de Vice-Presidente da Fhemig, com muita correção, probidade e dignidade. Agradeço ao Deputado Fábio Avelar a concessão do espaço para pedir que se consigne em ata o pesar, em meu nome pessoal e no da Bancada do PSDB, pelo falecimento, tanto do Biazinho quanto do Geraldo Valadão, nosso grande companheiro que fazia parte da administração Aécio Neves como Vice-Presidente da Fhemig. Muito obrigado.

O Deputado Fábio Avelar - Deputado Ademir Lucas, também gostaria de prestar a nossa homenagem, a homenagem da Assembleia a essas duas pessoas que foram marco na história de Minas Gerais: o Deputado Federal Biazinho e o nosso querido amigo Valadão, assim carinhosamente chamado por todos nós. Acredito que cada Deputado que esteve ou que ainda está aqui tem uma passagem interessante a relatar sobre o nosso amigo Valadão.

Há poucos instantes, conversando com o Deputado Irani Barbosa, ele comentava que, certa vez, precisou conseguir uma internação para uma pessoa ligada ao seu gabinete e imediatamente recorreu ao amigo Valadão, que, mesmo acamado e internado, resolveu o problema para o Deputado. Só depois de tudo resolvido é que o Deputado veio a saber de sua internação. Esse é o Valadão, a pessoa de que todos gostamos, e, com certeza, todos vamos sentir demais a sua falta, pelo trabalho que sempre prestou ao povo mineiro e a todos nós, Deputados. Por isso, ao lado de V. Exa., nesta Casa, que é a Casa do povo, a Casa em que ele sempre esteve presente, também gostaria de prestar a ele a nossa homenagem.

Sr. Presidente, infelizmente, o tempo está para se esgotar, mas gostaria de informar a todos que, na parte da manhã, por volta das 11 horas, aconteceu a aprovação, pela Comissão de Administração Pública, do parecer do Deputado Lafayette de Andrada, que será encaminhado, apreciado e votado por todos nós na terça-feira. Trata-se do projeto que cria a agência de regulação do Estado de Minas Gerais. Uma agência - é bom sempre salientar isso aqui - que se traduz numa exigência da legislação federal, mais precisamente da Lei nº 11.445, ou seja, numa imposição de criação, em todos os Estados da Federação, dessa agência que será responsável pela regulação e pela fiscalização de todo setor no Estado. É importante dizer que não se trata de agência criada para fiscalizar a Copasa, como alguns companheiros sempre têm dito aqui, nem tampouco criada para aumentar as contas de água da Copasa. É importante dizer isso aqui. Aliás, durante a semana que se aproxima, teremos oportunidade de debater essa questão profundamente, para não deixar dúvida nenhuma para a população de Minas.

Volto a repetir, essa agência foi criada para regular não só a Copasa, pelo contrário, ela representa muito mais que isso, visto que está sendo criada para regular todo o setor de saneamento do Estado, isto é, as cidades que são operadas pela Copasa e também as outras, cerca de duzentas e poucas, que não são operadas pela empresa e que também têm o seu serviço de abastecimento de água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos. É um assunto polêmico, complexo, que vamos ter oportunidade de debater aqui, para procurar, de uma vez por todas, esclarecer a população de Minas sobre o que é, na realidade, essa agência.

Termino as minhas palavras agradecendo a todos a oportunidade.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 6/7/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr

exonerando, a partir de 7/7/09, Alexandre Alves de Oliveira Melo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Carlos Gomes

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 7/7/09, que exonerou José Maria Filho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 7/7/09, que nomeou José Maria Filho para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Gabinete do Deputado Carlos Mosconi

exonerando Luíza de Marilac da Silva Carlos Soares do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

nomeando Luíza de Marilac da Silva Carlos Soares para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 4 horas.

Gabinete do Deputado Durval Ângelo

exonerando Yolanda Batista Moreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Lourdes da Costa do Nascimento Guillen para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Juninho Araújo

exonerando Valtamiro Martins do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 4 horas;

nomeando Rosângela Maria de Araújo Borges Torres para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 4 horas.

Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso

exonerando Cícero Reis Soares do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;

exonerando Geraldo Evangelista Cordeiro do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando Geraldo Evangelista Cordeiro para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

nomeando Lélia Margareth Chaves Queiroz para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Valtamiro Martins para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.



Gabinete da Deputada Rosângela Reis

exonerando Alaor Ferreira Côrtes do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando Patrícia de Cássia Jesus Bonilha do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Alaor Ferreira Côrtes para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

nomeando Jose Inaldo para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Danielle Karina Silva Avelar do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso, Vice-líder do BPS;

nomeando Cícero Reis Soares para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso, Vice-líder do BPS.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2008

Objeto: contratação de empresa de engenharia especializada para a realização de serviços de modernização e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores instalados no Palácio da Inconfidência. Pregoeira vencedora: Elevadores Atlas Schindler S.A.

Belo Horizonte, 7 de julho de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Iturama. Cessionária: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 24 meses a partir de 17/4/2009. Licitação: inexigível, conforme o art. 25, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante (doadora): Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Associação de Desenvolvimento e Assistência Social, Educacional e Desportivo de Pará de Minas. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis, 5 cadeiras fixas funcional, registros nºs: 010.599, 010.872, 010.887, 012.127, 012.696; 2 mesas secretária, registros nºs: 005.353 e 005.405; 3 microcomputadores, registros nºs: 018.875, 018.887 e 018.878; 3 impressoras, marca HP, registros nºs: 016.728, 016.732 e 016.733. Licitação: dispensa, art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Itabira. Cessionária: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 24 meses a partir de 17/4/2009. Licitação: inexigível, conforme o art. 25, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATAS

ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 2/7/2009

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 4/7/2009, na pág. 54, col. 2, sob o título "Requerimentos", onde se lê:

"Nº 4.155/2009, do Deputado José Henrique, em que solicita", leia-se:

"Nº 4.155/2009, dos Deputados Doutor Viana e José Henrique, em que solicitam".

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 7/7/2009, na pág. 64, col. 2, sob o título "Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira", onde se lê:

"Silvana Silva Santos", leia-se:

"Silvana Silva Campos".